

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL – PUBLICIDADE E PROPAGANDA

GABRIEL NEGRÃO DE PAULA

**LETRAMENTO MUDIÁTICO NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DIFERENTES MÍDIAS SOBRE A REMOÇÃO DA VILA
CHOCOLATÃO EM PORTO ALEGRE**

Porto Alegre

2020

GABRIEL NEGRÃO DE PAULA

**LETRAMENTO MUDIÁTICO NO BRASIL DO SÉCULO XXI:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DIFERENTES MÍDIAS SOBRE A
REMOÇÃO DA VILA CHOCOLATÃO EM PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Cypriano Pereira

Porto Alegre

2020

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:

<https://sabi.ufrgs.br/servicos/publicoBC/ficha.php>

GABRIEL NEGRÃO DE PAULA

LETRAMENTO MUDIÁTICO NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DIFERENTES MÍDIAS SOBRE A REMOÇÃO DA VILA
CHOCOLATÃO EM PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Cypriano Pereira – UFRGS/FABICO
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Laura Hastenpflug Wottrich – UFRGS/FABICO
Avaliadora

Prof. Dr. José Guibson Delgado Dantas – UFRGS/FABICO
Avaliador

Esse trabalho é dedicado a todos aqueles que têm como missão de vida o estímulo ao pensamento crítico através de uma pedagogia dialógica e libertadora, baseada no amor genuíno ao mundo e aos seres que o compõem.

AGRADECIMENTOS

São inúmeros os agradecimentos a serem feitos por cada momento vivido ao longo da jornada trilhada até este trabalho. Não apenas nestes últimos nove semestres de graduação, mas nos mais de 26 anos em que muita gente participou e, das mais diversas maneiras, colaborou para que essas páginas fossem escritas. A todos esses familiares, amigos, companheiros e conhecidos, agradeço e reconheço sua importância. Nas linhas a seguir procurei fazer jus às contribuições dessas pessoas porém, para evitar o erro de cometer alguma injustiça ao esquecer um ou outro nome, em alguns momentos optei pelo agradecimento a um grupo como todo. Espero que entendam, sintam-se representados nas linhas abaixo e recebam meu carinho.

Agradeço primeiramente à minha família, em especial à minha mãe Synara, ao meu pai Ezequias e ao meu irmão Felipe por me ensinarem tanto sobre a vida e pelo amor maior que o mundo. Sem o apoio de vocês nada disso teria sido possível.

Agradeço à minha namorada Giovana Feitosa pelo carinho, apoio, paciência e por ajudar a tornar até a produção de um TCC durante uma quarentena um processo mais leve – além de me lembrar da hora do almoço.

Agradeço aos amigos de São Paulo por ainda serem tão próximos e presentes em minha vida mesmo após tantos anos e tantos quilômetros de distância.

Agradeço aos sócios do P-30 e demais amigos de Floripa por aceitarem um forasteiro nesse pedacinho de terra perdido no mar e me apresentarem à paixão chamada Avaí F.C.

Agradeço à família Prodeloko. Sou grato pela existência desse grupo formado a partir de calouros do curso de Engenharia de Produção na UFSC e que tomou proporções jamais imaginadas por aquela turma de 2013/1. Todas as trocas e ensinamentos com cada uma dessas pessoas foi fundamental para chegar a esse momento.

Agradeço aos amigos do Movimento Empresa Júnior por me ensinarem a equilibrar os momentos de diversão quase inconsequente com os de seriedade e responsabilidade.

Agradeço ao Renato Navas pelo companheirismo e por ajudar a transformar o apartamento 710 em um lar por onde passaram o Alex, o Bruno, a Viviane e o Thales. Obrigado, a cada um de vocês, por serem a minha família em Porto Alegre.

Agradeço aos Marinheiros, turminha do réveillon e Morrostock, Barra Sicredi 16/1 e demais amigos feitos na FABICO por me apresentarem perspectivas tão diferentes num momento em que eu já me sentia tão certo sobre as coisas. Particularmente agradeço às amigas Pâmela Bernardo, Samantha Santos e Vitória Souza pela parceria na elaboração do trabalho que originou o objeto deste trabalho. Obrigado por tantos ensinamentos não só nessa como em muitas outras oportunidades.

Agradeço à minha orientadora Ana Cypriano por apontar caminhos respeitando minhas escolhas, pelos grandes aprendizados e pelo esforço em tirar de mim o melhor para que este trabalho se materializasse.

Agradeço a todos professores da FABICO por apresentarem referenciais teórico-metodológicos tão essenciais para a facilitação de uma apreensão crítica da realidade. Obrigado por contribuírem tanto para o meu crescimento acadêmico e pessoal nesses últimos quase 5 anos.

Agradeço aos colegas da R3PB Comunicação por me ensinarem tanto sobre o verdadeiro profissionalismo e reviverem a minha fé na atuação publicitária contemporânea.

Por fim, agradeço à UFRGS, universidade pública, gratuita e de qualidade. Foi graças a essa instituição que tive a oportunidade de intercâmbio acadêmico na Universidade de Halmstad, na Suécia. Foi lá onde tive meu primeiro contato com o conteúdo que norteia esta pesquisa.

Com muito amor, obrigado!

*[O amor] é certo na incerteza
Socorro no meio da correnteza
Tão simples como um grão de areia
Confunde os poderosos a cada momento
Amor é decisão, atitude
Muito mais que sentimento*

Principia – Emicida part. Fabiana Cozza,
Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2019, p. 93)

RESUMO

Este trabalho visa a compreender as diferentes interpretações que podem ser aferidas na comunicação exercida por diferentes atores midiáticos sobre a realocação da Vila Chocolatão, em Porto Alegre (2011), num contexto marcado pela emergência da digitalização da comunicação e sociabilidade. O objetivo central da análise, portanto, foi verificar como o Letramento Midiático pode contribuir para a interpretação das representações do real transmitidas por diferentes fontes e em diferentes meios. Para atingi-lo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica com o intuito de mobilizar as bases teóricas para a melhor compreensão sobre o Letramento Midiático, contextualizando-o no campo midiático do Brasil a partir de sua historiografia. Posteriormente, realizou-se uma análise documental com o intuito de entender o acontecimento e selecionar o *corpus* da pesquisa. Por fim, estes conteúdos selecionados foram interpretados a partir das lentes teórico-metodológicas, tendo como base interpretativa os quatro conceitos-chaves do Letramento Midiático: Língua, Produção, Audiência e Representação. Como resultado, percebeu-se que cada um dos dois grupos de conteúdos analisados trouxeram uma representação diametralmente oposta à do outro. A interpretação desses objetos pôde ser possível graças a compreensão prévia da posição social ocupada por cada um desses atores e o Letramento Midiático se apresentou como uma ferramenta facilitadora para a explicitação dos principais aspectos que podem evidenciar as diferenças identificadas entre as mensagens, comprovando seu caráter como prática teórico-metodológica capaz de instrumentalizar uma pedagogia que vá além do mero acúmulo de conteúdos e vise ao desenvolvimento da autonomia individual através do exercício da criticidade a partir do diálogo.

Palavras-chave: Mídia-educação. Educomunicação. História da Comunicação Social no Brasil, Letramento Midiático; Tecnologias da Informação e Comunicação

ABSTRACT

This work aims to understand the different interpretations that can be gauged in the communication exercised by different media actors on the relocation of Vila Chocolatão, in Porto Alegre (2011), in a context marked by the emergence of the digitalization of communication and sociability. The central objective of the analysis, therefore, was to verify how Media Literacy can contribute to the interpretation of representations of reality transmitted by different sources and in different media. To achieve this, bibliographic research was used in order to mobilize the theoretical bases for a better understanding of Media Literacy, contextualizing it in the media field in Brazil from its historiography. Subsequently, a documentary analysis was carried out in order to understand the event and select the research corpus. Finally, these selected contents were interpreted from the theoretical-methodological lenses previously mobilized, having as an interpretive basis the four key concepts of Media Literacy: Language, Production, Audience and Representation. As a result, it was noticed that each of the two groups of content analyzed brought a representation diametrically opposed to the other. The interpretation of these objects could be possible thanks to the previous understanding of the social position occupied by each of these actors and Media Literacy presented itself as a facilitating tool for the explanation of the main aspects that can highlight the differences identified between the messages, proving its character as theoretical-methodological practice capable of instrumentalizing a pedagogy that goes beyond the mere content accumulation and aims the development of individual autonomy through the exercise of criticality based on dialogue.

Keywords: Media-education; Educommunication; History of Social Communication in Brazil; Information and Communication Technologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manchete do Diário Gaúcho, veiculada no dia 10/05/2011.....	55
Figura 2 – Fotografia que ilustra matéria do Diário Gaúcho.....	57
Figura 3 – Manchete da Gaúcha ZH, veiculada no dia 12/05/2011.....	58
Figura 4 – Fotografia que ilustra matéria da Gaúcha ZH.....	59
Figura 5 – Manchete do Nosso Mundo Sustentável, veiculada no dia 12/05/2011 ...	59
Figura 6 – Fotografia que ilustra matéria do Nosso Mundo Sustentável.....	61
Figura 7 – Título de postagem do blog Vila do Chocolate, veiculada no dia 08/05/2011	65
Figura 8 – Título de postagem do blog Vila do Chocolate, veiculada no dia 11/05/2011	67
Figura 9 – Fotografia de postagem do blog Vila Chocolate no dia 11/05/2011	68
Figura 10 – Fotografia de postagem do blog Vila Chocolate no dia 11/05/2011	69
Figura 11 – Título de postagem do blog Vila do Chocolate, veiculada no dia 13/05/2011	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre a comunicação de veículos da mídia hegemônica e da mídia alternativa a partir dos quatro aspectos conceituais do Letramento Midiático..75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

AI – Ato Institucional

CARU – Coletivo de Apoio a Reforma Urbana

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

GAJUP – Grupo de Assessoria Justiça Popular

MPF – Ministério Público Federal

NAJUP/RS – Núcleo de Assessoria Jurídica Popular do Rio Grande do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PF – Polícia Federal

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

RBS – Rede Brasil Sul

RS – Rio Grande do Sul

SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

SC – Santa Catarina

SciELO – Scientific Electronic Library Online

TRF-4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	15
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA	17
1.1.1	Objetivo geral	17
1.1.2	Objetivos específicos	17
1.2	JUSTIFICATIVA	18
2	EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA	22
2.1	MÍDIA-EDUCAÇÃO	22
2.2	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	24
2.3	EXPANDINDO O(S) CONCEITO(S) DE LETRAMENTO	27
2.3.1	Letramento Midiático	29
3	CONTEXTO MIDIÁTICO	33
3.1	MEDIAÇÃO ANTES DA MIDIATIZAÇÃO	34
3.2	MÍDIA DE MASSAS NO BRASIL.....	36
3.2.1	Mídia hegemônica	37
3.2.2	Mídia alternativa	42
3.3	MIDIATIZAÇÃO DIGITAL	45
4	ABORDAGEM METODOLÓGICA	48
4.1	METODOLOGIA.....	48
4.2	PROCEDIMENTOS	49
4.3	<i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	51
5	ANÁLISE	55
5.1	O FATO, NA VISÃO DA MÍDIA HEGEMÔNICA.....	55
5.1.1	Língua	61
5.1.2	Produção	62
5.1.3	Audiência	63
5.1.4	Representação	63
5.2	O FATO, NA VISÃO DA MÍDIA ALTERNATIVA.....	64

5.2.1	Língua.....	71
5.2.2	Produção.....	71
5.2.3	Audiência	72
5.2.4	Representação.....	72
5.3	O EXERCÍCIO COMPARATIVO.....	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS.....	81
	ANEXO A – Reportagem do Diário Gaúcho, veiculada no dia 10/05/2011	87
	ANEXO B – Reportagem da Gaúcha ZH, veiculada no dia 12/05/2011	90
	ANEXO C – Reportagem do Nosso Mundo Sustentável, veiculada no dia 12/05/2011	92
	ANEXO D – Postagem do blog Vila Chocolatão, veiculado no dia 08/05/2011	93
	ANEXO E – Postagem do blog Vila do Chocolatão, veiculada no dia 11/05/2011	98
	ANEXO F – Postagem do blog Vila do Chocolatão, veiculada no dia 13/05/2011	99

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A cada dia que passa aumenta a percepção de vivermos em um mundo de mudanças mais rápidas e constantes. Não à toa, há muitos que se utilizam de um acrônimo militar para descrevê-lo: “V.U.C.A.”. O termo, cunhado pelo exército norte-americano, significa Volatile (Volátil), Uncertain (Incerto), Complex (Complexo) e Ambiguous (Ambíguo). “Cada um destes termos é capaz de descrever as mudanças ocorrendo na educação atualmente – mudanças que surgiram graças à tecnologia” (RUCKER, 2007, p.34).

Um dos principais responsáveis pelo cenário que vivemos hoje é a internet. Nepucemo (2011) assegurava naquele ano, que como a nova mídia do século XXI, a internet está mudando a forma como nos informamos das notícias diárias, fazemos nossas pesquisas científicas e acadêmicas, buscamos entretenimento e nos comunicamos uns com os outros, o que pode ser verificado em nosso contexto atual.

Praticamente desde que começou o seu desenvolvimento, a internet foi vista como a ferramenta que ajudaria a sociedade a subir mais um degrau em sua evolução. Primeiramente, a tecnologia é baseada na conexão de computadores, artefatos que já eram impressionantes por si só por serem capazes de solucionar os mais diversos problemas com grande velocidade, armazenar e indexar uma enorme quantidade de dados, dentre outras funcionalidades. Ao viabilizar esse entrelaçamento, a internet possibilitou que pessoas de todo o mundo pudessem se conectar e encontrar qualquer informação necessária de forma instantânea. “A internet se tornou uma mídia polivalente, a condutora de grande parte da informações que passam por nossos olhos e ouvidos até nossa mente” (CARR, 2011, loc. 184). Esse movimento foi potencializado com o que Jenkins (2009) chamou de convergência midiática e disseminado de forma ainda mais acelerada mais recentemente com a adoção em massa, por parte da população, pelas redes sociais digitais, conforme descrito por Recuero (2009).

Rushkoff (2012) defende que não só a internet, mas cada revolução midiática abriu novas possibilidades de perspectivas de mundo às pessoas - partindo da linguagem, passando pela criação da prensa de Gutenberg até a presente revolução digital que vivemos. A principal diferença, portanto, dessa tecnologia contemporânea

para suas antecessores foi a rapidez com que ela invadiu nosso cotidiano, lares e imaginário.

O teórico canadense Marhsall McLuhan (1964) descreve a forma como analisamos as novas mídias como quem as observa por um espelho retrovisor, comparando-as com as mídias antigas. O autor fala também do entorpecimento que as novas mídias exercem em quem as consome – e isso de fato foi verificado com a chegada da internet. Grande parte das pessoas não estava consciente das possíveis consequências dessas mudanças e mesmo aqueles que estavam costumavam ter um olhar positivo sobre isso, na maioria das vezes. Entretanto, acontecimentos mais recentes – como a crença moderna de que a Terra é plana, o movimento antivacina e os negacionistas¹ das evidências da mudança climática causada pelo homem, por exemplo – provam que não só a elucidação de questões e dificuldades pode ser alcançada com tamanha facilidade pela troca de informação, mas também que muitos embustes e notícias falsas podem ser facilmente disseminadas.

Para que se possa compreender a relevância da internet e como pode moldar ou influenciar nossa sociedade (em aspectos positivos e negativos) é crucial que se seja ofertado o ensino de Letramento Midiático – e quanto mais jovens as pessoas forem ao receber esses ensinamentos, mais rápido elas serão capazes de verdadeiramente lidar com esses novos artefatos tecnológicos. Como definido por Potter (2010, p. 681), o propósito do letramento midiático é “ajudar as pessoas a se protegerem dos potenciais efeitos negativos” da mídia em suas vidas, considerando inclusive as sutis influências que esta pode causar. Esse conhecimento é necessário não só por fins educacionais mas também para auxiliar a formar uma consciência cidadã do real, e não só do mediado, mundo que nos cerca.

Por fim, é relevante ressaltar que o ensino do Letramento Midiático, segundo Buckingham (2011), inclui não só a autonomia para que um indivíduo seja capaz de compreender o próprio conceito de mídia, mas também o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita críticas da mídia, possibilitando uma melhor

¹ Considerados, os três, movimentos negacionistas por se oporem ao método científico de análise. O primeiro questiona a esfericidade do Planeta Terra, questão discutida desde a Idade Média, mas que hoje é facilmente comprovado através de satélites, por exemplo. O segundo questiona a segurança de vacinas, incentivando a não vacinação e contribuindo para a volta de doenças antes consideradas erradicadas, como o sarampo. Já o últimos são céticos quanto as evidências da responsabilidade humana no aumento da média da temperatura global ano após ano, além de vários outros ditos "desastres" ambientais.

interpretação mas também a produção de informações. Em outras palavras, advogar pelo Letramento Midiático visando apenas a proteção de crianças contra mídias prejudiciais implica em uma visão tão restrita quanto acreditar que o “letramento literário é sobre proteger criança de livros prejudiciais” (BUCKINGHAM, 2011, p. 2).

De forma semelhante, o educador brasileiro Paulo Freire (2006; 2013; 2017; 2019), mesmo sem se utilizar do termo letramento, já preconizava por uma alfabetização política, em que menos importava a decoração de fonemas associado a letras, mas sim a leitura-mundo, onde o educando se apropria de sua própria realidade para daí emergir a leitura da palavra, de forma a se tornar autônomo não só pela recepção crítica de mensagens escritas mas também pela produção desta.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

A fim de demonstrar e validar a aplicabilidade e relevância dos conceitos acima expostos, a presente pesquisa se materializará como uma análise de conteúdos midiáticos, como uma proposição de um exemplo para o aprendizado e prática do Letramento Midiático. Para tanto, serão analisados e comparados criticamente textos publicados por diferentes veículos e atores da mídia sobre um mesmo fato: a remoção de moradores da antiga Vila Choclatão, inicialmente localizada no Centro Histórico de Porto Alegre e realocada, em 2011, para a Zona Norte da capital gaúcha. A partir disso questiona-se: *Que diferentes interpretações podem ser aferidas na comunicação exercida por diferentes atores midiáticos sobre um mesmo fato?*

1.1.1 Objetivo geral

Verificar como o Letramento Midiático pode contribuir para a interpretação das representações do real transmitidas por diferentes fontes e em diferentes meios.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Discutir as bases epistemológicas e as competências mobilizadas pelo Letramento Midiático;

- b) Contextualizar a mídia digital no Brasil contemporâneo a partir da pesquisa sobre o desenvolvimento comunicação social em seus diferentes meios ao longo da história;
- c) Analisar como diferentes atores midiáticos comunicam a realocação da Vila Chocolate a partir da perspectiva teórico-metodológica do Letramento Midiático.

1.2 JUSTIFICATIVA

Como já dito, o avanço tecnológico recente e a inclusão digital definitivamente transformaram a vida humana no planeta Terra de forma irrevogável. Contudo, é importante se ter em mente que não foram apenas os mais modernos artefatos tecnológicos que foram capazes de alterar nossa organização social. Ao que indicam pesquisas históricas e arqueológicas, a humanidade desde seu início buscou formas de estar mais próxima de seus semelhantes, formas de encurtar distâncias físicas e temporais – inclusive justamente graças a esses esforços de nossos antepassados que essas pesquisas foram possíveis.

Avançamos da comunicação por instinto, gestos e grunhidos para o desenvolvimento de arte, vocabulário, escrita, artefatos, como a prensa e o telefone, e assim sucessivamente, avançando cada vez mais rápido entre uma etapa e outra. Tornou-se impossível segregar o desenvolvimento da comunicação humana do desenvolvimento tecnológico e o nosso próprio desenvolvimento como espécie. Não à toa a comunicação é um direito inalienável do humano, registrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo XIX: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (2009, p. 10). De forma semelhante a Constituição Federal (BRASIL, 1988) também assegura a “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” em seu artigo 5º.

A garantia desses direitos é fundamental para o bom e livre exercício da imprensa em nossa sociedade. Imprensa, que por sua vez, é uma das pedras

basilares para o funcionamento das instituições democráticas nos Estados modernos, daí a conclusão da filósofa Hannah Arendt (1999) de classificar a imprensa, quando praticada de forma idônea, de quarto poder.

No Brasil, porém, o que se observa é a concentração das comunicações e das telecomunicações por grandes conglomerados de mídia (CABRAL, 2015). Um movimento que pode ser observado de forma acentuada a partir dos anos 1970, quando sob um regime militar ditatorial. As organizações Globo de televisão, um grupo empresarial com interesses privados, passam a receber auxílio técnico e financeiro de grupos internacionais (o que contrariava as normas de funcionamento da imprensa do período), recebe concessões públicas de transmissão e se torna o maior veículo de comunicação do Brasil – e um dos maiores do mundo – tornando-se a principal, e muitas vezes única, responsável pela forma com que grande parte dos brasileiros iriam receber informações, tanto na forma de jornalismo quanto de entretenimento, sobre política, costumes e economia do Brasil e do mundo (GÖRGEN, 2009; BARBOSA, 2013; HAUBRICH, 2016).

Esse desenvolvimento histórico impediu que grande parte da população pudesse ter acesso a outras fontes, dificultando a comparação de informações e a leitura crítica da fonte, conseqüentemente minando o amplo desenvolvimento de movimentos pelo Letramento Midiático, indo ao encontro do interesse dos grupos políticos que ocupavam a posição de poder na segunda metade do século XX no Brasil (BÉVORT; BELLONI, 2009; BELLONI, 2012).

O desenvolvimento das novas mídias digitais ampliou essas possibilidades, trazendo a potencialidade com que outras fontes jornalísticas e de entretenimento passassem ser acessadas pelos brasileiros, a chance com que as informações recebidas pudessem ser conferidas, checadas e comparadas além de que outras que antes não seriam veiculadas pela mídia tradicional pudessem ser recebidas. Contudo, essas possibilidades permanecem apenas no plano imaterial a medida que a população não recebe os estímulos necessários para concretizá-las (CASTELLS, 2003; MALDONADO; REICHERT, 2011; MALDONADO, 2013)

Pragmaticamente, o presente documento vislumbra a possibilidade de que a investigação realizada seja aplicável tanto para o fazer pedagógico de instituições de ensino brasileiras, quanto para a formulação de políticas públicas de formação continuada de professores, como forma de ampliar a discussão sobre Letramento

Midiático e a concretização do que já está descrito em documentos educacionais disponibilizados por entidades como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2013) e o Ministério da Educação do Brasil (MEC, 2018).

O mesmo fato escolhido para ser objeto de análise nessa pesquisa já foi observado em um trabalho produzido em 2018 para uma disciplina no Curso de graduação em Comunicação Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para aprovação na matéria de Comunicação e Política². O trabalho desde o início despertou grande interesse do pesquisador que, mesmo ainda sem conhecer o conceito formal de Letramento Midiático, percebeu aspectos da produção, distribuição e compreensão dessas peças que antes do ingresso no curso de Comunicação Social não conseguiria perceber.

Se na oportunidade inicial, como o próprio nome da disciplina sugere, era o processo político da comunicação que interessava a análise, nesse momento interessa investigar as contribuições de pesquisas em comunicação e educação para se exercitar a criticidade na análise de peças midiáticas, considerando que:

A análise crítica de conteúdos da comunicação visa examinar as representações sobre a informação, o conhecimento e a realidade social construída na internet por diversos atores e pelos meios de comunicação de massa, que usam discursos ideológicos. Localizar a informação original no momento em que ela é necessária para corroborar versões apresentadas nos meios de comunicação, comparar fatos e versões, analisar a linguagem – são várias as habilidades envolvidas neste processo de análise. (CERIGATTO, 2018, p. 170)

Outro motivo determinante na escolha deste objeto foi a distância história entre o fato e os dias atuais. No campo político, o acontecimento precede não só as eleições presidenciais de 2018 (consideradas por muitos a mais polarizadora da história do Brasil), o controverso Impeachment de 2016 como também a série de protestos por diversas cidades brasileiras em 2013. O acesso às mídias digitais também se dava de forma muito diferente da atual, com a porcentagem de brasileiros com acesso à internet saltando de 46,5% em 2011³ para 74% em 2020⁴. Foi com a intenção de estabelecer uma investigação sem a dicotomia da atualidade, procurando

² A atividade foi realizada por um grupo composto pelas alunas Pâmela Bernardo, Samantha Santos, Vitória Souza e Gabriel Negrão

³ Disponível em: < <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/05/16/ibge-acesso-a-internet-cresce-e-chega-a-465-da-populacao-em-2011.ghtml>>. Acesso em out/2020

⁴ Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>>. Acesso em out/2020

no esquecimento a possibilidade de uma análise menos parcial, que se definiu estudar a comunicação midiática produzida entorno da remoção da Vila Chocolatão, em 2011.

2 EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA

Conforme apresentado no capítulo anterior, o avanço tecnológico historicamente tem proporcionado comodidades para a vida cotidiana, encurtando barreiras e ampliando o acesso a informações. Essas pequenas transformações são acumuladas e sentidas em nosso tecido social ao ponto que esses novos instrumentos passam a se tornar também necessários para o exercício da cidadania plena. Portanto, se em um primeiro momento são discutidas formas de inclusão para que mais pessoas tenham acesso à nova tecnologia, tão logo se faz necessário que sejam discutidas as boas práticas que devem ser empregadas para que cada um possa utilizar dessas novidades da melhor forma possível, explorando suas potencialidades positivas e trabalhando para evitar, ou ao menos minimizar, seus possíveis efeitos colaterais negativos.

Ensinar jovens e adultos acerca da relevância da mídia para a manutenção de nossas democracias, além das competências e habilidades necessárias para a boa utilização de seus aparatos midiáticos, seja na esfera privada quanto na cidadã, são questões discutidas por países do “norte global” há anos (BELLONI, 2012; BEVORT; BELLONI, 2010; BUCKINGHAM, 2003, 2010, 2011; FANTIN, 2011).

Apesar de sua importância, essas discussões ainda não se consolidaram na agenda científica global por questões como a ausência de real preocupação pela apropriação crítica e criativa das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) pelas novas gerações; indefinição de políticas públicas e insuficiência de recursos; confusões conceituais e opção por práticas inadequadas ao invés da reflexão sobre o tema na formação de professores; resistência do sistema escolar a mudanças; influência de uma visão dos efeitos exclusivamente negativos da mídia; resistência de professores; e falta de interesse dos próprios meios de comunicação na formação de uma audiência mais crítica (SANTOS, 2018).

2.1 MÍDIA-EDUCAÇÃO

De início é importante situar que ao falarmos de Mídia-educação, falamos sobre

[...] um campo em construção, tanto de pesquisa quanto de ensino, [que] é localizável na intersecção entre o saber educacional (formal e informal), as

práticas culturais e os direitos de cidadania. A Mídia-educação enquanto um campo de pesquisa situa-se na área de tensão entre a pesquisa em comunicação e a pesquisa em educação (SANTOS, 2018, p. 57).

Estar localizado entre esses campos poderia trazer certa segurança ou alicerce para sua construção, porém são ambos campos complexos em suas estruturas por serem ao mesmo tempo teóricos e práticos, exigindo abordagens interdisciplinares de diferentes ciências para sua compreensão (BEVORT; BELLONI, 2009).

Sua evolução se dá concomitantemente à evolução da própria mídia, que por sua vez é essencial para os processos de produção, reprodução e transmissão de cultura. São os dispositivos técnicos midiáticos, inclusive, que são capazes de despertar para a urgência da mídia-educação. Esses aparatos podem ser definidos como:

[...] extremamente importantes na vida das novas gerações, funcionando como instituições de socialização, uma espécie de "escola paralela", mais interessante e atrativa que a instituição escolar, na qual crianças e adolescentes não apenas aprendem coisas novas, mas também, e talvez principalmente, desenvolvem novas habilidades cognitivas, ou seja, "novos modos de aprender", mais autônomos e colaborativos, ainda ignorados por professores e especialistas (BEVORT; BELLONI, 2009, p. 1083)

Conceitualmente, portanto, os estudos de mídia-educação são caracterizados por propor uma interpretação epistemológica e metodológica que compreende a educação como um processo ativo e de formação crítica de um indivíduo autônomo, capaz de se apropriar das novas Tecnologias e Informação e Comunicação como meio legítimo para a participação e expressão de suas ideias, conhecimentos e opiniões, construindo modelos de apropriação crítica das tecnologias e suas linguagens, de forma a participar de forma plena, justa e democrática em sociedade (SANTOS, 2018; FANTIN, 2011). Tal conceituação revela a influência de Paulo Freire (2013) na concepção do campo, por ser um dos pioneiros a perceber a Educação e a Comunicação como "ação cultural para liberdade". Influência que também é citada por Belloni (2012) em seu relato impressionista sobre a Mídia-educação.

Diante disso, Fantin (2011) apresenta uma abordagem ampla da mídia-educação a partir de três perspectivas: "educar sobre/para os meios (perspectiva crítica), com os meios (perspectiva instrumental) e através dos meios (perspectiva expressivo-produtiva)" (ibid., p. 30). O estudo sobre as mídias, como o nome sugere, posiciona-as como objeto de estudo, sendo responsável pela formação do

pensamento crítico acerca dos conteúdos e mensagens midiáticos e sua relação simbólica com os espectadores. Educar com as mídias significa utilizá-las como instrumento de aprendizagem, se apropriando de diferentes formatos midiáticos como materiais didáticos. Educar através das mídias contempla o trabalho de produção de mídias em sala de aula, ampliando a possibilidades de repertório cultural.

À instrumentalização desses conhecimentos é comum dar-se o nome de *Media Literacy*, em estudos internacionais (WILSON et al, 2013; GRIZZLE et al, 2016). Ao ser traduzido para o português, porém, há quem use o termo “Alfabetização Midiática”, “Letramento Midiático” ou “Literacia midiática”, no português de Portugal (CURY; ARAGÃO, 2017). A tradução não seria um problema em si mesma, mas torna-se importante de ser avaliada a medida que “a distinção dos termos faz-se necessária porque produzem efeitos também distintos nos pesquisadores, professores e alunos” (PICCOLI, 2010, p. 258).

Portanto, é necessário uma contextualização do porquê da escolha do termo Letramento Midiático para essa pesquisa, explicitando em um primeiro momento as diferenças entre os termos alfabetização e letramento, além de uma conceituação expandida sobre letramento.

2.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Para a maioria das pessoas e na maior parte das situações é comum confundir os termos letramento e alfabetização – quando não são encarados como se fossem sinônimos. Em muitas culturas os conceitos de fato podem ser considerados equivalentes, o que justificaria essa confusão em um primeiro momento. Contudo, no Brasil encontramos uma gama de pesquisas dedicadas a justamente caracterizar cada termo, apontando seus encontros e atravessamentos, com o objetivo de estruturar seus campos e pavimentar o caminho que poderá ser seguido tanto por pedagogos quanto pelos responsáveis por desenhar as políticas educacionais.

Ao realizar um levantamento histórico sobre o tema, Piccoli (2010) destaca que a presença do conceito de alfabetização aliado ao de letramento é recorrente na educação desde a década de 1980. Para chegar a essa conclusão a autora usa como argumento que especificamente o termo letramento “teve sua origem documentada

no campo das ciências linguísticas e da educação a partir da segunda metade dos anos de 1980” (ibid., p. 249).

Como propulsor da utilização do termo, é apresentada a pesquisa realizada pelo britânico Brian Street (1984), que realizou um trabalho antropológico no Irã, durante a década de 1970, sobre como o letramento afetava na vida cotidiana e relações sociais de iranianos. Sua pesquisa, apresentada em sua obra *Literacy in Theory and Practice*, apesar de ligada a área da antropologia em um primeiro momento, tornou-se muito relevante para estudos em pedagogia posteriormente iniciando uma perspectiva que viria a ser denominada *New Literacy Studies*.

Ali, pesquisadores brasileiros julgaram necessária a utilização de um novo termo, fazendo com que *Literacy* passasse a ser denominado Letramento, no português. Isso se fez necessário pois Street apresentava um novo modelo ideológico, concebendo o letramento como uma prática sociocultural permeada por relações de poder e estruturas culturais da sociedade e contexto onde ele ocorre (BARTLETT; MACEDO, 2015).

De acordo com Marcuschi (2001 apud RIBEIRO, 2016), a alfabetização é uma das atribuições escolares, constituída pelo processo de ensino da decodificação de símbolos, códigos, regras e técnicas associados às habilidades básicas da leitura e escrita; enquanto o letramento está vinculado ao aprendizado social e histórico da leitura e escrita de informações, podendo haver maior ou menor domínio dele.

A partir dessa análise, pode-se inferir que o indivíduo alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, é capaz de compreender o sistema do código escrito. Enquanto que o sujeito letrado possui o conhecimento e a prática necessários para falar, ler e escrever de diversas formas, agindo, construindo e sustentando sua visão de mundo, que por sua vez é partilhada pelo grupo ao qual pertence, e portanto portadora de traços identitários e significativos compartilhados por esse grupo (BUZATO, 2006 apud SILVA; BEHAR, 2019). Em outras palavras: a alfabetização é fundamental para que seja desenvolvido o letramento, mas sozinha não é capaz de garanti-lo.

É importante frisar que em período contemporâneo às pesquisas de Street, outro pesquisador brasileiro fundava suas bases epistemológicas em terreno muito semelhante. O pedagogo Paulo Freire, com produção teórica de forte influência também no contexto internacional, pode ser apontado como precursor do conceito de

letramento. Em suas obras (2006; 2017; 2019) o educador apresenta sua concepção de alfabetização como leitura de mundo e leitura da palavra.

Assim como Street percebeu ao observar a sociedade iranianas, Freire também colocava a manutenção, ou transformação, das práticas sociais como intrinsicamente conectadas com as formas pelas quais a pedagogia é exercida, em uma relação não apenas de causa e consequência linear, mas dialética.

De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 2006, p. 20)

Dessa forma, conforme Piccoli (2010), podemos aproximar a concepção de alfabetização para Freire, que enxerga na prática um ato político e gerador de conhecimentos, com o conceito de letramento, "já que o entendimento crítico do ato de ler ultrapassa a decodificação da linguagem escrita, estendendo-se na compreensão do mundo e na ação política do ser humano na sociedade" (ibid., p. 261), justificando seu pioneirismo de uma concepção brasileira de letramento, mesmo sem a utilização do termo em seus escritos.

Essa aproximação da discussão sobre a utilização dos termos alfabetização e letramento com Freire se faz necessária à medida que, mesmo concebendo a alfabetização de forma ampla, como fazia o educador pernambucano, autores como Soares (2005 apud Piccoli, 2010) advogam pela decomposição desse processo em dois: a aprendizagem do sistema de escrita e a “aprendizagem dos usos e funções sociais, culturais e políticos da leitura e da escrita” (ibid., p. 265). Ainda segundo Soares (ibid.), é necessário distinguir esses processos por motivos pedagógicos e políticos. Pedagogicamente pois são objetos distintos de aprendizagem, demandando distintos procedimentos de ensino. Politicamente pois "o acesso ao mundo da escrita é mais do que ' [...] um processo de apenas aprender a ler e a escrever, mas [...] um processo de real inclusão social, cultural e política - um processo de letramento'" (idem).

Numa das mais recentes e importantes pesquisas sobre a utilização do termo aplicado a pesquisas sobre Tecnologias da Informação e Comunicação, Cury e Aragão (2017), revelaram a não existência de um consenso na academia brasileira sobre qual o melhor termo a ser utilizado considerando-se o contexto das tecnologias

de informação e comunicação, apesar das tentativas e aproximação entre os termos "alfabetização", "letramento" e também "literacia". Apesar disso, notou-se a predominância da utilização do termo "letramento" frente aos outros dois citados. Além disso, com base na extensa revisão de literatura feita pelas autoras, buscou-se realizar a conceituação de cada um dos termos:

O conceito de alfabetização, nesses contextos, pode ser entendido como um processo de aquisição do sistema em questão (seja ele digital, midiático ou informacional), enquanto, por letramento estende-se o desenvolvimento das habilidades de uso (das tecnologias digitais, das mídias ou das informações) nas práticas sociais do indivíduo [...] não [sendo] necessário recorrer a um terceiro termo ("literacia"), uma vez que há apenas dois processos envolvidos (ibid., p. 348)

Ao se pensar nos meios de comunicação que permeiam nossa sociedade atualmente, podemos fazer um paralelo entre os conceitos de alfabetização e letramento aqui dispostos e a forma como são encarados os conteúdos por eles distribuídos. É por ter como norte de pesquisa a disposição de práticas e teorias que não só capacitem indivíduos a codificação e decodificação dessas mensagens, mas também a apreensão dos sistemas, atores e outros aspectos da vida social entrelaçados na produção e recepção das mesmas, que se dá a adoção do termo Letramento. Compreendendo, assim, a motivação epistemológica, pedagógica e política dessa escolha, será possível avançar para uma melhor compreensão de sua amplitude teórica.

2.3 EXPANDINDO O(S) CONCEITO(S) DE LETRAMENTO

Segundo Hepworth e Walton "o ato de aprender, por natureza, constitui experiência multimídia" (2009, p. 12 apud RIBEIRO, 2016, p. 56). Portanto, em um contexto onde as tecnologias de informação e comunicação se provam, cada dia mais, como presentes no cotidiano de jovens, crianças e adultos, tentar separá-las de experiências de aprendizagem soa como uma tentativa fracassada de início.

Na tradição brasileira, Magda Soares (2002) foi uma das primeiras pesquisadoras a perceber esse movimento e advogar por "conceitos de letramento", no plural. Muitos anos antes da invenção de *tablets* e *smartphones*, a autora já percebia que novas práticas de leitura e escrita já estavam sendo introduzidas em nossa sociedade graças aos novos suportes e aparatos de comunicação eletrônica e

digital. E se o letramento diz respeito ao estado ou condição em que se encontram indivíduos ou sociedades, é válido dizer que "as tecnologias de escrita, instrumentos das práticas sociais de leitura e de escrita, desempenham um papel de organização e reorganização desses estado ou condição" (SOARES, 2002, p. 148).

Pouco mais de uma década depois, Santaella (2013) constataria que um dos maiores desafios para a educação na era da internet é o da criação de estratégias de integração dos quatro tipos de leitores: contemplativo, movente, imersivo e ubíquo. Descreve a autora que o leitor contemplativo é o surgido no Renascimento, da era pré-industrial, do livro impresso e da imagem fixa. O segundo tipo, o movente, é encarnado após a revolução industrial, do mundo dinâmico, que vê a explosão dos jornais impressos, acostumado à fotografia, ao cinema e manteve suas principais características mesmo após a revolução eletrônica. O terceiro, o imersivo, nasce "nos novos espaços das redes computadorizadas de informação e comunicação" (SANTAELLA, 2013, p. 20). Por fim, o leitor ubíquo, que herda características de todos seus antecedentes acrescido da ubiquidade, a capacidade de estar concomitantemente em lugares distintos e de processar diferentes tipos de informações de forma paralela e conjunta, com atenção parcial e contínua. Na época, a autora já advertia que, apesar da existência de todos esses perfis de leitores, a escola ainda priorizava uma visão grafocêntrica da escrita e leitura de jovens, ignorando a multiplicidade de meios pelos quais eles são capazes de receber e acessar produções textuais, ao mesmo tempo que também defendia que imagens são lidas.

A partir dessa compreensão, podemos observar emergir na literatura diversos conceitos de letramento: letramento digital, letramento midiático, letramento informacional, letramento computacional, até, enfim, multiletramentos. Lemke (2010) afirma que cada letramento se baseia em um determinado conjunto de práticas adotadas por uma sociedade ao se relacionarem entre seus pares, aparatos midiáticos e estratégias de construção de significado.

Cada um deles é parte integral de uma cultura e de suas subculturas. Cada um tem um papel em manter e transformar a sociedade, porque os letramentos produzem ligações essenciais entre significados e fazeres. Os letramentos são, em si mesmos, tecnologias e nos dão as chaves para usar tecnologias mais amplas. Eles também produzem uma chave entre o eu e a sociedade: o meio através do qual agimos, participamos e nos tornamos moldados por sistemas e redes 'ecossociais' mais amplos. Os letramentos são transformados na dinâmica desses sistemas de auto-organização mais

amplos e nós - nossas percepções humanas, identidades e possibilidades - somos transformados juntamente com eles. (LEMKE, 2010, p.455).

Para alguns teóricos como Larraz (2013 apud SILVA; BEHAR, 2019, p.12) a confluência e a capacidade de mobilizar estes diferentes letramentos, a fim de buscar, filtrar e avaliar informações além de comunicar o conhecimento adquirido a partir delas, configuraria o conceito de Competência Digital, definido como uma das oito competências essenciais para a formação ao longo da vida, em um relatório elaborado ainda em 2006 pelo Parlamento Europeu em conjunto com a Comissão Europeia de cultura e educação⁵.

Ainda que Ferrari, Punie e Redecker (2012 apud SILVA; BEHAR, 2019, p.15) defendam que da mesma forma que uma vertente de pesquisadores compreende Competência Digital como a convergência de letramentos, outra vertente defende que esta poderia ser caracterizada como um novo letramento, com maior complexidade.

Como podemos perceber, o conceito de Letramentos pode abarcar diversas nomenclaturas e concepções. Buscando restringir um pouco de sua complexidade, para o presente documento interessará o letramento relacionado aos textos midiáticos, transmitidos por meios digitais ou não.

2.3.1 Letramento Midiático

De acordo com Buckingham (2010), a percepção da necessidade de uma concepção mais ampla sobre letramento já teria atingido educadores e pesquisadores da mídia, por estudarem a questão midiática há algum tempo. Nesse sentido, afirma que, é necessário primeiro compreender alguns marcos conceituais definidos por esses autores para então poder abarcar a mídia digital. Portanto, partiremos então do princípio, dos quatro aspectos conceituais que podem ser tidos como os componentes essenciais do Letramento Midiático (BUCKINGHAM, 2003).

1. Língua: Diz sobre a capacidade não só de usar a língua, mas de também compreender como se dá seu funcionamento. Assimilar não só a gramática, mas desenvolver uma consciência dos códigos e convenções

⁵ Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reco/2006/962/oj> (Competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida – Um quadro de referência europeu). Acesso em: jul. de 2020

de determinados gêneros, de forma a adquirir inclusive uma metalinguagem para descrever como funciona a língua.

2. Produção: O letramento também é sobre saber quem comunica para quem e por quê. Esse conceito envolve a conscientização sobre

Todo o contexto com que a informação é produzida e está inserida, sob quais regras, valores etc. – o que nos leva a crer que a informação veiculada é muito mais resultado de práticas institucionalizadas do que uma suposta capacidade que a mídia tem de refletir a realidade como ela é. (CERIGATTO; CASARIN, 2017, p. 229).

3. Audiência: A autoconsciência de sua própria posição enquanto audiência (seja como leitor ou usuário). Significa saber como a mídia se lança à audiência e como diferentes audiências respondem ou interagem à mídia.
4. Representação: Como último aspecto essencial, funcionando também como espécie de resultado somatório da apreciação dos três outros conceitos anteriormente, tem-se a noção de que a mídia não apenas reflete o mundo, mas faz representações a partir dele. Alguém letrado midiaticamente deveria ser capaz de avaliar criticamente o material que recebe, identificando os recursos e escolhas empregados em sua produção e comparando-os com outras fontes.

Na apresentação do documento “Alfabetização Midiática e Informacional – Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias” (GRIZZLE et al, 2016), publicado pela Unesco, é afirmado que “a alfabetização midiática e informacional (AMI) é uma base para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e melhorar a qualidade da educação” (ibid., p. 7). Ulla Carlsson (ibid.), da Universidade de Gothenburg, também afirma ser impossível conceber a democracia ou a liberdade de expressão sem que a mídia seja pensada. Adicionando que a revolução digital mudou a função, os modelos de governança e a natureza dos mercados da mídia. Dessa forma, ela prossegue, “cidadãos alfabetizados em mídia e informação são pré-requisito para o vigor das sociedades de conhecimento inclusivas” (ibid., p. 8)

Em um segundo documento, também na Unesco, somos apresentados ao “Currículo pra formação de professores” (WILSON et al, 2013), Janis Karklins, Diretor-Geral Assistente do Setor de Comunicação da Unesco, afirma que, acima de tudo, o Letramento Midiático deve ser visto como responsável por expandir o “movimento pela

educação cívica que incorpora os professores como os principais agentes de mudança" (ibid., p. 11). A Unesco também define as três áreas temáticas centrais que servem de base para estruturação do currículo (ibid., p. 22):

1. O conhecimento e a compreensão das mídias e da informação para os discursos democráticos e para a participação social;
2. A avaliação dos textos de mídia e das fontes de informação;
3. A produção e o uso das mídias e da informação.

Em sua contribuição para a elaboração de um Manifesto pela Educação sobre a Mídia, Buckingham (2011) argumenta que as mídias podem ser consideradas a principal influência social em nossa sociedade, substituindo o lugar da família, da igreja e da escola. É por elas que nos comunicamos, expressamos nossa cultura e através delas que a maior parte das pessoas é capaz de se tornar participante ativo na vida pública.

Ao mesmo tempo que faz essas constatações, o autor (ibid.) ressalta que deve-se ter cuidado ao caracterizar a mídia como a responsável por socializar ou influenciar nossa sociedade. Isso porque em muitos dos momentos que tal caracterização é feita, leva-se em conta que essas pessoas, principalmente crianças, seriam recipientes passivos dos efeitos da mídia. O pesquisador salienta que o contexto em que vivemos no século XXI veio justamente nos provar o inverso, que pessoas tem total potencialidade de serem ativas e protagonistas deste novo cenário midiático.

É por esta razão que Buckingham (2011) se posiciona, particularmente na última década, como um apologista do Letramento Midiático na educação: não com a visão de que é necessário proteger crianças das mídias, consideradas perigosas fundamentalmente, mas sim com o intuito de disponibilizar caminhos de aprendizagem para que elas alcancem a autonomia e possam avaliar se tais conteúdos são de fato perigosos, ou não, e se defender deles, quando necessário.

Dessa forma, mais do que se restringir às habilidades de acessar, analisar, avaliar e comunicar textos nos seus mais variados formatos, o Letramento Midiático passa a se ampliar como:

Abordagem para educação no século XXI. Esse letramento providencia um arcabouço para o acesso, análise, avaliação e criação de mensagens nas mais variadas formas - do papel ao vídeo na Internet. O Letramento Midiático

constrói um entendimento do papel da mídia na sociedade, assim como também são as habilidades essenciais requeridas para o questionamento e a auto expressão necessárias para os cidadãos de uma democracia (THOMAN; JOLLS, 2005, p. 190 apud RIBEIRO, 2016, p. 58)

É dessa forma que o Letramento Midiático será encarado ao longo da pesquisa: como uma competência essencial para a construção de sociedades de conhecimento inclusivas, apoiada em seus quatro componentes essenciais (Língua, Produção, Audiência e Representação), facilitando o acesso ao conhecimento e a liberdade de expressão, tanto nos aspectos de compreensão e avaliação de conteúdos midiáticos quanto no aspecto de sua produção, contribuindo, assim, para a formação de cidadãos com plena capacidade para exercer sua cidadania. Será ele a base teórica por onde se estabelecerá a análises dos objetos selecionados. Porém, antes disso, torna-se essencial compreender como se deu a construção histórica-social do referido campo midiático, desde seus primórdios na história do Brasil até a contemporaneidade.

3 CONTEXTO MIDIÁTICO

Analisar a história humana é analisar a história da comunicação em seus mais variados suportes. Se o principal marco que separa a Pré-história da História é a invenção da escrita, podemos indicar como uma das principais referências do início da Idade Moderna a Bíblia de Gutenberg da mesma forma que o advento do telégrafo e a imprensa de massas podem ser apontados como símbolos do início da idade contemporânea.

A medida que são desenvolvidas e se incorporam na sociedade, essas novas tecnologias de comunicação levam a reorganizações das dinâmicas sociais, carregando consigo uma qualificação cultural própria. A partir do século XX esse processo se intensifica no que pode ser caracterizado com um processo de midiaticização (SODRÉ, 2006). Dessa forma, a comunicação midiática passa a se constituir como um campo social que atravessa todos os outros, interferindo na construção social do sujeito na moldagem de percepções, hábitos e afetos, conseqüentemente no seu fazer cotidiano - tornando, por exemplo, a própria prática de consumo midiático uma nova atividade rotineira.

Neste capítulo serão abordados alguns dos aspectos fundamentais da formação e estruturação desse campo no Brasil, dividido em três grandes etapas. A primeira, abarca o período da chegada dos primeiros europeus no Brasil até o início do século XX, no tempo em que a comunicação social se dava por suportes mediados (como a imprensa, a fala, a gestualidade, os cantos, as danças, etc) mas ainda não havia condições culturais, tecnológicas e sociais para o estabelecimento de um campo midiático de articulação nacional.

Na sequência, será investigado o período que cobre, de forma geral, todo o século XX. Nas primeiras décadas desse século estruturam-se o campo do rádio, através da oralidade, e das revistas, através da reprodução de fotografias com cada vez melhor resolução, que ocuparam destacado espaço na sociabilidade no período e abriram os caminhos para a chegada da televisão, nos anos 1950, que viria a ser o meio de comunicação de massas por excelência, se tornando uma mídia fundamental para compreender as formas que a comunicação social se articula na sociedade brasileira contemporânea. Ademais, nessa etapa serão destacados dois atores sociais

do campo midiático que se consolidam nesse contexto: a mídia hegemônica e a alternativa.

Na terceira e última etapa será analisado um processo fundamental na estruturação da sociedade a partir do século XXI: a midiática digital. Aqui o objetivo central é investigar as potencialidades proporcionadas pela informatização de dados e a rede mundial de computadores, tendo em vista sua própria construção histórica, mas também compreender justamente o porquê de essa nova mídia se tornar tão importante na contemporaneidade e construção do futuro.

3.1 MEDIAÇÃO ANTES DA MIDIATIZAÇÃO

Segundo Sodré (2006), toda e qualquer cultura humana, do presente ou do passado, necessariamente se apoia na media o simbólica entre seus pares, através de elementos que passam a adquirir significado, com a experiência. Media o  , portanto, a a o de se fazer com que duas partes diferentes possam se comunicar a partir de uma intera o. Nessa perspectiva, a linguagem pode ser considerada como a media o universal, por exemplo, mas também são media es as vestimentas, os gestos, as leis, as artes e tudo que facilita a intera o entre o sujeito e o mundo que o cerca.

Já a midiatiza o refere-se a um tipo particular de media o, realizado através de aparatos tecnológicos, que podem ser designados como uma "extensão do homem", como diria McLuhan, denominada medium.

Trata-se de um dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunica o   técnica e mercadologicamente redefinido pela informa o, isto  , por um produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital. (SODRÉ, 2006, p. 21).

A utiliza o desses aparatos, e conseqüente inser o no mundo midiaticizado, depende de condi es de familiaridade do usuário com o formato do conteúdo que recebe (em outras palavras, letramento). Condi o inalcan ada no primeiro contato entre portugueses e os nativos que viviam no que viria a ser o Brasil em 1500. O primeiro registro de escrita formal no país se dá com a carta de Pero Vaz de Caminha destinada   coroa portuguesa a fim de descrever o território aqui encontrado. Até então, portanto, a comunica o e as tradi es eram transmitidas primordialmente através da oralidade. Mesmo após a chegada dos europeus na América, a troca de

informações na colônia portuguesa permaneceria sendo feita principalmente através da voz e do próprio corpo. Povos originários, africanos escravizados e europeus sem posse eram parte da composição dos barulhos, músicas e danças descritos por viajantes que para cá vieram e registraram suas impressões sobre a vida na colônia.

Durante esse período, portanto, a escrita e a leitura eram práticas reservadas a nobres e alto clero que aqui se estabelecia. Sua principal finalidade era a do registro de informações, sendo a comunicação por escrito restrita quase que exclusivamente para a troca de correspondências entre colônia e metrópole.

O aumento da população letrada no Velho Continente, graças a prensa de Gutemberg, inventada ao final do século XIV, também trouxe consequências ao Brasil, que foi elevado a condição de Vice-Reino em 1763. Jornais e livros vindo da Europa tornavam-se progressivamente mais em portos brasileiros. A leitura desses jornais, porém, era feita principalmente de forma coletiva, em lugares públicos, revelando as misturas entre o mundo mediado pela leitura e o mediado pela oralidade da época. Os livros por sua vez, eram valorizados mais pelo status obtido a partir de sua posse do que da leitura propriamente dita (VILLALTA, 2000).

A instalação de uma imprensa feita em terra brasileiras só aconteceria em 1808, com a fuga da família real trazendo uma máquina tipográfica em sua bagagem, pela qual seria impresso o primeiro jornal do Brasil: a Gazeta do Rio de Janeiro, que em seus primeiros meses de existência iria se ocupar principalmente de trazer novas informações sobre a Guerra da Europa, com especial foco nas ações tomadas pela restauração de Portugal e a expulsão do exército de Napoleão. Outros assuntos eram os papéis oficiais divulgados pela Coroa, relatos variados que viravam notícia em outras gazetas da Europa e, eventualmente, descrições sobre acontecimentos que se passavam nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

A escolha da agenda de notícias evidencia que era a nobreza, mais preocupada com os acontecimentos além-mar da Europa (principalmente Portugal) do que da terra onde viviam, a quem esses periódicos se destinavam. Pelas ruas da colônia ainda era predominante as mesmas práticas comunicacionais baseadas na oralidade.

Ao longo do século XIX, a ideologia europeia do positivismo, que pregava o discurso pela busca do progresso e modernização, passa a ter cada vez mais influência no Brasil – fato consolidado na adoção do lema positivista de “ordem e

progresso” na bandeira brasileira após a Proclamação da República, em 1889. As cidades brasileiras, principalmente a capital Rio de Janeiro, se modernizavam e se transformavam cada vez mais rapidamente, adotando os modos de vida de um mundo veloz.

Esse período também marca a eclosão e popularização da técnica fotográfica que logo passou a figurar também em periódicos, auxiliando na formação de um novo mundo simbólico. Cada vez mais a imprensa da época passa a valorizar a objetividade e imparcialidade, em explícita analogia ao que idealmente é obtido através da fotografia. Isso motiva o estabelecimento de colunas fixas separando o texto informativo e o texto opinativo nos periódicos da época, por exemplo

Pouco após a virada do século, na década de 1920, passam a circular, cada vez mais frequentemente, anúncios comercializando os chamados "artigos para Radiotelegrafia". O mais novo aparato era apresentado como "mais um dos inventos triunfantes da ciência que atravessara o Atlântico e se implantava no país" (BARBOSA, 2013, p. 115).

São estes os dois aparatos tecnológicos (a câmera fotográfica e o rádio) que ampliarão o acesso às camadas não letradas da sociedade, proporcionando as condições tecnológicas que seriam capazes de satisfazer os anseios políticos e sociais para a implementação de uma mídia verdadeiramente de massas em um Brasil cuja população da época superava os 70% de analfabetos.

3.2 MÍDIA DE MASSAS NO BRASIL

Apesar dos esforços dos primeiros entusiastas, o desenvolvimento do Rádio no Brasil nos anos 20 foi limitado por razões de ordem técnica e, principalmente, pela conjuntura política. Era um período de constantes tribulações que acabaram por instaurar estado de sítio no país mais de uma vez. Para evitar o que "poderia vir a se tornar um perigoso veículo de comunicação, de divulgação dos acontecimentos e das ideias [...] o governo não só proíbe a atuação jornalística, como dificulta a própria sobrevivência econômica do rádio" (CALABRE, 2006, p. 43)

A repressão daria lugar a facilitação apenas no Estado Novo (1937-1945). Nesse período, o rádio passa a ser considerado como estratégico para a difusão da ideologia de Getúlio Vargas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A

ligação entre o governo de Vargas e o meio rádio foi crucial para a institucionalização do varguismo como o conhecemos, sendo objeto de diversos outros estudos até os dias atuais (HOUSSEN, 2001; JAMBEIRO, 2004).

Para discorrer sobre o estabelecimento da mídia de massas no Brasil, está será segregada em duas categorias complementares: a mídia hegemônica e a mídia alternativa. Aqui, utiliza-se o termo 'mídia hegemônica' com base no pensamento de Gramsci (2000 apud DE MORAES, 2010, p. 54), considerando hegemonia como a "conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras". Portanto, considera-se como um dos aspectos fundamentais da hegemonia, a criação e estruturação de um bloco ideológico que permitirá a manutenção do monopólio intelectual sobre plano ético-cultural, as formas de representação e os modelos de autoridades que busquem se legitimar e universalizar. Nesse contexto, Gramsci (2000, p. 265) conceitua a imprensa como sendo "estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força".

Nas próximas sessões, serão analisadas a formação histórica dos atores que irão compor esse campo dito hegemônico, bem como dos que terão no centro de sua atuação a subversão dos valores e ideais pregados pelo primeiro grupo, os que compõem a dita mídia alternativa.

3.2.1 Mídia hegemônica

É no início do século XX que a imprensa escrita passa a ser percebida para além de seu mero funcionalismo da troca de informações passando a ser vista também como oportunidade de empreendimento comercial. É nesse período que são fundados jornais como "O Estado de São Paulo (Júlio Mesquita, a partir de 1895), Correio do Povo (Caldas Júnior, a partir de 1895), A Noite e O Globo (Irineu Marinho, a partir de 1911) e Jornal do Brasil (Ernesto Pereira Carneiro, a partir de 1919)" (GÖRGEN, 2009, p. 67). Muitos destes, percebem o potencial comercial da nova mídia, "donos de jornais passam a montar emissoras de rádio, dando início à propriedade cruzada da mídia brasileira" (HAUBRICH, 2016, p. 32)

A partir da década de 1930, com a permissão do governo federal, as primeiras emissoras de rádios começam a se profissionalizar e popularizar no Brasil. A

radionovela foi o principal formato responsável pelo grande aumento no número de ouvintes, mas também as tramas políticas eram acompanhadas como se capítulos de novela fossem, construindo a cada dia um novo clímax que era transmitido pelos radiojornais, ouvidos em lares no mais absoluto silêncio.

As mensagens transmitidas pelo rádio passaram a não mais serem dirigidas apenas ao público mas também "através do público", como qualifica McLuhan (2005, p.48). Era ele o personagem principal das tramas midiáticas do meio, o responsável por amplificar a voz e imagem de artistas que viravam ídolos – pela primeira vez verdadeiramente massivos. Suas faces eram materializadas em revistas especializadas, como a Revista do Rádio (1948-1970), e em um formato de programação, cada vez mais popular, que aproximavam ouvintes de seus ídolos: os programas de auditório.

Assim como muitas outras práticas narrativas do rádio, os programas de auditório já preconizavam a associação da sonoridade com formas de visualização material, constituindo o rádio “como uma antessala do meio que será o mais popular na história da comunicação no Brasil no século XX: a televisão”. (BARBOSA, 2013, p. 130).

No dia 18 de setembro de 1950 é inaugurado o primeiro canal de televisão do Brasil: a TV Tupi inicia suas transmissões em São Paulo. Aglomerações de pessoas se reuniram em torno dos 200 primeiros televisores que transmitiram essa inauguração (muitos dos quais adquiridos pelo próprio proprietário da Tupi, Assis Chateaubriand), reproduzindo a mesma aglomeração que durante décadas se formava na frente de prédios ou bancas de jornais para ler as notícias de última hora.

A medida que as emissoras de TV crescem e se multiplicam em território brasileiro, a televisão passa a ser vista e explorada como um veículo de publicidade por excelência, aumentando significativamente os investimentos comerciais na nova mídia. Até o final da década de 1950, o Brasil contava com mais de 20 emissoras, cobrindo parte significativa do país, sendo recebidas por mais de 400 mil aparelhos receptores (NAPOLITANO, 2010).

Bergamo (2010) aponta que, inicialmente, o público da televisão brasileira era caracterizado como sendo a família, mas que a partir dessa década passa-se a ter cada vez mais a percepção de que os meios se dirigem a um público indiferenciado, uma massa ou povo cuja imagem é essencialmente moral. Nesse mesmo período, o

público da TV passará a ser compreendido como um número proveniente dos índices de audiência e o valor comercial da televisão passa a ser inquestionável.

Desde a fundação do rádio, e reforçado pelo varguismo, já era presente a ideologia conservadora que pregava que cabiam às elites políticas e intelectuais implementar ações comunicacionais para que o "povo" pudesse ser guiado, visto que era percebido como alguém que necessitava dessa direção. Essas forças conservadoras se viram amedrontadas pela revolução cultural em curso no Brasil desde a década de 1950. Por conta disso, no período até 1964, foi veiculado maciçamente pelos meios de comunicação um discurso que opunha democracia e comunismo (BARBOSA, 2013).

A partir da ruptura institucional com o Golpe Militar a censura se institui, intensificada com o Ato Institucional número 5, em 1968, tendo intensidade variada até o fim do regime. Portanto, cabe aqui ressaltar que falar da segunda metade do século XX, do ponto de vista da história da comunicação do Brasil, é se referir a um período em que passou a se tornar cada vez mais comum que relações de poder atravessassem a mídia e os meios de comunicação.

Foi também na década de 1960 que jornais diários viveram um intenso processo de concentração, culminando com que 90% dos periódicos do país fossem editados no Rio e em São Paulo até 1970. Esse processo se intensificaria ainda mais na década seguinte. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 1950 existiam 22 jornais diários, dez anos depois eram 16 e até o final de 1970 seriam apenas sete (ABREU, 2000).

Assim como na mídia impressa, a nova mídia televisiva passa a sofrer alterações em sua programação. No início da década de 70, segundo o Anuário Estatístico do Brasil (1971 apud BARBOSA, 2013, p. 153), os filmes ocupavam a maior parte da programação, seguidos de programas de auditório, novelas, esporte e publicidade, deixando apenas o sexto lugar para as notícias.

Em meio a esse turbilhão de impedimentos ocasionados pela censura, os meios de comunicação assumiam múltiplas formas e usos. O rádio fazia ecoar notícias, entretenimento, sonhos. A televisão construía um mundo novo. Os jornais populares assumiam lugar de destaque numa sociedade que vivia uma espécie de idílio com a comunicação analógica. Muitos meios e uma só imagem: do ponto de vista político, a tentativa de fazer ecoar uma mensagem unívoca em torno de um país que queria construir como marca uma modernidade conservadora, mas que deixava à mostra os tentáculos da limitação das liberdades individuais. (BARBOSA, 2013, p. 151)

Dentre as emissoras que existiam ao final dos anos 1960, a TV Tupi era líder de audiência com a maior cobertura geográfica do país, atingindo 6 milhões de telespectadores distribuídos em seis estados: Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo (O Cruzeiro, 15/05/1969, p. 98 apud BARBOSA, 2013, p. 154). O canal registrava 34,6% de audiência nacional, sendo seguido pela TV Record, que contava com 31,5% do público.

A TV Globo ainda era uma novata no cenário, tendo sido fundada em 1965. Sua programação no período seguia a linha de programas populares, liderada por apresentadores como Chacrinha, Silvio Santos e Dercy Gonçalves. Dois fatos abalam o mundo televisivo da época: a morte do líder dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, em 1968; e uma aproximação cada vez maior entre o Grupo Globo e mandatários do poder nacional e de interesses internacionais.

A partir da década de 1970, a TV Globo passa a consolidar sua liderança. A profissionalização do canal e suas relações com detentores do poder político e econômico serão seus diferenciais. A partir da criação de departamentos de pesquisa e com maior investimento em marketing (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010), a Globo introduz transformações estruturais e narrativas, consolidando o "Padrão Globo de Qualidade", em 1973. Um padrão que, segundo Sacramento (2011), era o ideal para um momento político de modernização conservadora.

Na dianteira do processo de consolidação econômica da TV estavam as telenovelas. Isso porque, segundo Borelli (2005), as novelas de produção brasileira possuem uma origem cultural que as diferenciam de outras produções ficcionais de origem norte-americana, europeia e de outros países da América Latina. As telenovelas brasileiras "não podem estar desvinculadas dos processos de modernização da cultura brasileira, dos mecanismos de produção e história da indústria cultural, dos deslocamentos narrativos e adaptações da textualidade do gênero e, finalmente, do perfil do público receptor" (ibid., p. 193). Foi a união da predisposição da cultura popular do melodrama com a exploração de outras formas ficcionais que possibilitou que das telenovelas emergisse um repertório compartilhado entre emissoras e público.

Apesar disso, o jornalismo foi o personagem principal da difusão ideológica de um projeto de integração nacional, tão necessário aos governantes do período. Prova disso é que foi um jornal o escolhido para estreitar a emissão em rede no Brasil:

o Jornal Nacional. O regime militar considerava que através da textualidade informativa seria capaz de construir uma identidade única brasileira, a partir da lógica simbólica de um país indivisível.

Essa confluência de processos sócio-históricos e político-econômico da segunda metade do século XX foi o berço onde a mídia brasileira passou a se consolidar até chegar ao formato que conhecemos hoje. Índícios da concentração de grandes veículos midiáticos, de diferentes meios, sob o controle de poucas famílias com interesses políticos e econômicos particulares passam a se tornar latentes.

É nesse momento que as antigas empresas familiares se transformam em grandes empresas capitalistas, em conglomerados midiáticos com grande poder econômico e político. Durante a Ditadura, os jornais se modernizaram, a televisão mudou de eixo e se constituiu em redes, as revistas se reorganizaram e segmentaram. (HAUBRICH, 2016, p. 37)

De acordo com o autor Llorens (2001 apud Görger, 2009) essa concentração de meios de comunicação se dá em três níveis: concentração vertical, concentração horizontal e concentração diagonal ou lateral. A concentração vertical se dá quando um mesmo grupo controla todas as etapas da cadeia de produção e distribuição de conteúdo midiático. A horizontal, quando um mesmo grupo passa a controlar diferentes veículos em um mesmo segmento de mídia. Já a concentração lateral, ou diagonal, ocorre quando uma empresa passa a diversificar seu ramo de atividade para outros negócios em busca de mais rentabilidade.

Conforme já explicitado, a própria formação do campo midiático hegemônico brasileiro (com grupos de imprensa investindo gradativamente no mercado de rádio e, posteriormente, televisão afim de maximizar seus lucros) é por si só um exemplo muito didático destes três níveis de concentração. Sendo essa a razão pela qual Guareschi (2007, p. 16) afirmou que “assim como nosso território foi loteado em capitâneas hereditárias, doadas a determinadas famílias, do mesmo modo há hoje um loteamento da mídia, rádio e televisão entre algumas famílias privilegiadas”

Compreendendo, portanto, como se deu a formação do campo corporativo da mídia e como este se articulou (e articula) no relacionamento com outras esferas e instituições importantes do ordenamento social, resta-nos investigar se e qual alternativa existe frente a organização desse sistema.

3.2.2 Mídia alternativa

Concomitantemente aos processos descritos na sessão anterior, uma outra forma de perceber e operar a mídia de massas também emerge no contexto brasileiro. Uma imprensa desvinculada das elites que controlam o poder político e econômico do país, com seu berço nas camadas populares que não tinham o mesmo acesso a bens culturais ou a aparatos de produção e distribuição, mas que tinha o ímpeto de justamente se mostrar como alternativa ao modo hegemônico de se fazer comunicação social no Brasil.

Em levantamento histórico apresentando os primórdios da imprensa alternativa, Haubrich (2016) traça uma linha do tempo que se inicia em 1798, na Revolta dos Búzios, em Salvador, quando negros e pobres da cidade se utilizavam de manifestos distribuídos pelas ruas e colados em paredes da cidade, informando populares sobre os motivos da revolta e seus objetivos. Alguns anos depois, no Rio de Janeiro de 1833, surgiria o jornal O Homem de Cor, pioneiro a iniciar o movimento de uma imprensa ligada à luta pela abolição da escravidão, que aconteceria apenas 55 anos mais tarde, e posterior defesa dos direitos do escravizados libertos.

Além da luta pela defesa de direito da população negra, outra linha editorial importante no início da imprensa alternativa foi a causa operária. Haubrich (2016) aponta que o primeiro jornal operário a circular foi o Jornal dos Tipógrafos, a partir de 1858,. Considerando que o primeiro partido político de esquerda do Brasil, o PCB, só nasceria em 1922, foi no entorno dessa imprensa que esse campo político se organizará. De 1858 até 1930 cerca de 500 novos veículos operários passam a ser publicados.

Identificando os diferentes momentos dessa imprensa operária, Ferreira (1988 apud HAUBRICH, 2016) propõe uma divisão em três etapas distintas. A primeira, demarcada pela formação desse campo midiático, com fortes ligações com vertentes sindicais ligadas a movimentos anarquistas. A segunda, denominada por "sindical-partidária", dura de 1922 (a criação do Partido Comunista Brasileiro) até o golpe militar de 1964. Por fim, a terceira etapa emerge da reorganização de entidades sindicais durante a Ditadura Civil-Militar.

Será nessa última etapa, durante a Ditadura, que a mídia alternativa e popular teve seu maior destaque na história do Brasil, chegando a marca de cerca 150

publicações diferentes passíveis de serem enquadradas como alternativas, rendendo a partir disso estudos e pesquisas sobre suas dinâmicas e conceituações. Kucinski (1991 apud HAUBRICH 2016), um dos primeiros a se dedicar na compreensão desse recorte a fim de explicitar uma conceituação, aponta que a principal característica que diferencia a mídia alternativa, naquele período, era sua fundamental oposição a toda estrutura sistêmica que permitia o suporte da Ditadura.

Isso porque as críticas tecidas pela imprensa alternativa iam muito além do tipo de crítica feito pelos veículos de mídia hegemônica. Há de se lembrar, por exemplo, que nos meses pré-golpe o que se percebia era quase um alinhamento integral dos veículos midiáticos de grande circulação do país com o que planejavam as forças armadas. O golpe, inclusive, foi comemorado por grande parte dos jornais impressos do período como uma demonstração de vitória da “democracia”.

A junta militar que havia prometido logo desocupar a cadeira presidencial, porém, tomou gosto pelo poder. Com o passar do tempo as liberdades individuais passam a ser cerceadas a cada edição de um novo Ato Institucional, tendo seu ápice no AI-5 em 1967. Logo, os próprios veículos que outrora apoiaram o regime se tornaram alvo de censores e censura, conforme já explicitado. A partir desse momento a mídia hegemônica passa então a atacar a censura, a tortura ou perseguições políticas arbitrárias.

Muito diferente dessas críticas eram as proferidas pelos veículos da mídia alternativa. Estes, em momento algum titubearam na defesa pela democracia real, defendendo em um primeiro momento a manutenção do mandato de João Goulart, eleito em sufrágio universal e contra quem não havia nenhuma acusação por crimes baseada em provas. Ao longo de todo o regime também a posição e opinião externada por veículos da mídia alternativa se propunha a ir muito além da mera crítica a atributos pontuais da ditadura, mas propunha a discussão de um novo modelo de país, escancarando o modelo antinacional e elitista da política e economia brasileira naquele período (HAUBRICH, 2016).

Outra diferença elementar entre os dois modos de se fazer mídia diz respeito a produção de conteúdo. Na mídia alternativa há a preocupação em se trazer os próprios sujeitos e públicos na participação de escolha de linha editorial e formulação de material. "Criam jornais em que as bases populares são ao mesmo tempo o sujeito da comunicação e seu próprio agente" (KUCINSKI, 1991, p. 94 apud HAUBRICH,

2016, p. 73). Alterando, portanto, muito antes da invenção da internet como conhecemos hoje, a relação estabelecida na relação entre leitor e produtor ou receptor e emissor

Por fim, como consequência do modelo de gestão e produção dessas organizações da mídia alternativa, uma última característica fundamental é a questão financeira. Diferentemente de grandes veículos e instituições da mídia hegemônica, aqui o foco da atividade fim não está na obtenção de lucro. Segundo pesquisa feita por Haubrich (2016), existem diferentes formas de gestão e organização no universo da mídia alternativa. Elas podem funcionar como uma cooperativa, associação ou uma empresa que possui metas financeiras a fim de alcançar a auto sustentabilidade ou sequer isso. "Visando ou não o lucro, o importante para a caracterização como mídia alternativa é que esse tema não seja o centro do trabalho desenvolvido pelo meio de comunicação em questão" (ibid, p. 75).

A partir do movimento de abertura política, que se inicia no final da década de 1970, se inicia um processo de reorganização da sociedade brasileira, particularmente nos setores mais envolvidos com a política institucional, como a mídia. O regime passa a fazer concessões à grande imprensa, que concomitantemente arrefece suas críticas ao governo. Foi um período em que toda forma de comunicação, inclusive a alternativa, pôde crescer graças ao aumento das liberdades democráticas, porém o crescimento da mídia dominante é ainda maior, fazendo com que sua predominância se torne ainda mais notável.

Neste período, a oposição à ditadura se fortalece, mas o campo progressista das mídias alternativas é atropelado e absorvido pelo centro. Como símbolo dessa movimentação, pode-se apontar a reabsorção de muitos veículos e profissionais da imprensa alternativa pela mídia burguesa agora livre de censura. Mais uma vez, o mercado de mídia dominante do Brasil dá sinais de seu caráter monopolístico (HAUBRICH, 2016).

Paralelo a isso, o início da década 1980 foi um período em que a mídia do mundo inteiro dava indícios de iniciar um movimento de rápido avanços da tecnologia, trazendo consequências no cenário brasileiro tanto para a mídia tradicional, quanto para os meios de comunicação ligados às camadas populares. Se por um lado, veículos dominantes profissionalizavam sua comunicação televisiva, abrindo terreno para a instalação de equipamentos de TVs a cabo ou via satélite, por outro classes

populares passaram a ter mais acesso a aparatos radiofônicos, alterando o terreno do rádio no Brasil com a inserção de rádios comunitárias, por exemplo (PERUZZO, 2010).

É a partir dessa perspectiva exposta ao longo desse capítulo, levando em conta os movimentos e transformações ocorridas nas esferas tecnológica, social e política do país como um todo, e particularmente do campo midiático, considerando também o quadro de concentração de meios de comunicação na mídia hegemônica, enquanto confrontado pelas incessantes reinvenções da mídia alternativa, que devemos apreender e analisar as mudanças estimuladas, e estimuladoras, da expansão da internet no Brasil e a consequente digitalização da mídia.

3.3 MEDIATIZAÇÃO DIGITAL

Como já mencionado, a concentração é uma das características fundamentais ao longo da formação do sistema midiático brasileiro, permitindo pouco espaço para a pluralidade de vozes e opiniões. Nesse contexto, é a revolução tecnológica proporcionada pela informática, a internet e a mediatização digital que passa possibilitar novas perspectivas de expressão individual e coletiva.

Na contemporaneidade brasileira, esse processo é intensificado graças a quatro fenômenos associados, segundo Alves (2019): 1) o desenvolvimento tecnológico exponencial da internet, seja pela sua velocidade, capacidade de armazenamento e transmissão de dados; 2) o aumento da disponibilidade de dispositivos digitais móveis não só no Brasil mas por todo o mundo, particularmente dos smartphones; 3) a convergência entre diferentes dispositivos, suportes e linguagens, promovendo o fenômeno transmídia; 4) o advento de uma fase na qual a internet passa a se basear, majoritariamente, por "dados (textos, notícias, vídeos, músicas, mensagens, imagens etc.) [...] compartilhada e consumida pelos próprios usuários" (ALVES, 2019, p. 140).

Ainda nos primeiros anos após a virada do milênio, Castells (2003) aponta a internet como um rearticulador das mídias, possibilitando novas formas de se encadear o conhecimento produzido pela humanidade e as trocas de conhecimento que acontecerão na sociedade digitalmente mediatizada. De fato, os antigos sistemas de meios de comunicação eletrônicos, estruturados no século XX, seguem tendo hegemonia cultural, econômica e política. Contudo, a partir da hiperconectividade e

autonomia proporcionada pelo novo meio, novos modos de comunicação digital passam a ser possíveis (potencialmente e materialmente). Modos estes que, segundo Maldonado (2013), superam a antiga lógica do monopólio e da distribuição desigual de lucro.

Muito desse caráter libertador estruturante da internet se dá por conta do próprio curso histórico de seu desenvolvimento. "A famosa ideia de que a Internet é algo de incontrollável, libertário etc. está na tecnologia, mas porque ela foi desenhada, no curso de sua história, com essa intenção" (CASTELLS, 2003, p. 262). Apesar de ter como intenção inicial a facilitação de comunicação entre diferentes bases tecnológicas norte-americanas no contexto da Guerra Fria, na segunda metade do século XX, muitos dos universitários que se envolveram em seu desenvolvimento eram jovens ligados aos ideais de contra cultura da época.

Como já mencionado em capítulo anterior, por algum tempo se imaginou que essa característica essencial do meio por si só já seria o suficiente para alcançar uma reorganização social.

A nova mídia, como mídia acrescida do elemento digital, não seria na verdade um agente possibilitador de reorganização e manipulação de toda e qualquer realidade comunicacional já existente? Não seria a nova mídia, nesses termos, uma metáfora da consciência humana? (BELLICIERI, 2006, p. 112).

Contudo, após alguns anos, o que se percebe é um novo sistema de desigualdade e exclusão atrelado ao desenvolvimento da internet e das relações contidas nela. Apesar da inicial ausência de uma figura centralizadora, há diferenças quanto a acessibilidade ou a qualificação do uso que se faz da rede e suas potencialidades, conforme apontam Maldonado e Reichert (2011).

No meio dessas contradições, concordamos com Levy (1999) ao considerar que as tecnologias não emergem do vácuo e não é nele que se desenvolvem. A nova tecnologia, como todas que a precederam, não deveria ser encarada como essencialmente positiva ou negativa, mas há de se observar os contextos sociais, sujeitos e grupos envolvidos em cada etapa de seu desenvolvimento, assim como os usos que se fazem dela. Sua potencialidade para mitigar desigualdades pode sim ser atingida se, socialmente, houve um amadurecimento em seus usos, "inserindo de fato os sujeitos nos processos de mediatização digital e nas relações e discursos daí decorrentes" (HAUBRICH, 2016, p. 52).

Por fim, outra característica que vale ser destacada a respeito da internet é sua capacidade de ser incansavelmente transformada, agregando diferentes possibilidades para seu uso. Se em um primeiro momento foi imaginada como arma de guerra, logo passa a se tornar objeto de estudo (e diversão) de jovens universitários, para pouco depois ser alvo de empresas e empreendedores que enxergavam seu potencial comercial, até se tornar ferramenta comum de ser encontrados em lares no mundo todo, primeiramente a partir de computadores pessoais, mas mais recentemente através de smartphones pequenos e portáteis. Da mesma forma, se na internet circulavam apenas textos, logo imagens, áudios, vídeos e diferentes tipos de arquivos passaram a ser intercambiados por meio dela.

As transformações sofridas pela mídia digital também ocasionou transformações na sociedade em torno dela, em um processo dialógico. Jenkins (2009), caracteriza as mudanças emergentes desse processo como a cultura da convergência. O cenário cultural vivido atualmente, com a reapropriação da produção e distribuição de conteúdo, integra todos os atores envolvidos na comunicação midiática: a mídia hegemônica, a mídia alternativa e também o consumidor - que passa a também produzir seu próprio conteúdo, passando a ser caracterizado como "prosumidor" ou simplesmente usuário. É uma rearticulação que afeta não só o sistema midiático, mas também "atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores." (CASTELLS, 2003, p. 8).

Não se trata, porém, de perceber na internet um espaço comunicativo que pareça acima da sociedade. Apesar de sua potencialidade democrática e democratizante, ela se coloca em constante disputa, e está inserida em uma sociedade que, ao mesmo tempo em que é modificada e influenciada por ela, também a modifica e influencia as dinâmicas que ali se colocam. (HAUBRICH, 2016, p. 58)

Portanto, o que se observa é que a medida que se amplia o acesso a nova mídia digital para diferentes indivíduos, amplia-se também a potencialidade de novas possibilidades de reorganização de trocas simbólicas, culturais, econômicas e comunicacionais.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O presente capítulo tem como finalidade apresentar a estruturação metodológica realizada, com vistas à análise dos dados que atendam as competências e teorias levantadas no capítulo anterior, sobre Letramento Midiático, e ao mesmo tempo possibilitem a verificação do panorama midiático brasileiro.

4.1 METODOLOGIA

O primeiro aspecto a ser ressaltado diz sobre a natureza qualitativa do estudo. Segundo Richardson (2009, p.90), a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas [...] em lugar do da produção de medidas quantitativas”.

Minayo (2002, p. 22) afirma que esse tipo de pesquisa preocupa-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado”, motivo pelo qual, se enquadra nos objetivos propostos pelo presente estudo, já que nos importa menos a quantidade de material a ser analisado e mais a compreensão, de forma ampla, sobre como cada objeto de análise pode ser interpretado e que significados foram gerados a partir de então.

A pesquisa é classificada como exploratória, pois o tema do Letramento Midiático como instrumentação da mídia-educação no contexto contemporâneo da comunicação social no Brasil ainda é um tema pouco explorado, e inédito em sua especificidade por se tratar da remoção da Vila Chocolate a partir das lentes de diferentes veículos midiáticos.

Assim, é necessário, primeiramente, “seu esclarecimento e delimitação”, através da “revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos” (GIL, 2008, p. 27). Apesar de também contar com aspectos de uma pesquisa descritiva, já que além da exploração desses fenômenos há também a preocupação por uma “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28), os procedimentos a serem adotados se direcionaram especialmente para a metodologia exploratória.

Desta forma, buscando responder a pergunta deste estudo sobre que diferentes interpretações podem ser aferidas na comunicação exercida por diferentes

atores midiáticos sobre um mesmo fato, o presente estudo desenvolveu-se com a premissa de atender ao objetivo de verificar como o Letramento Midiático pode contribuir para a interpretação das representações do real transmitidas por diferentes fontes e em diferentes meios.

Uma das técnicas iniciais utilizadas foi a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2011), com os objetivos de se identificar e discutir referenciais teóricos para a compreensão das competências mobilizadas pelo Letramento Midiático e de contextualizar o campo midiático no Brasil a partir de sua historiografia. Após isso, se realizou uma análise documental (MOREIRA, 2011) a fim de compreender o acontecimento e selecionar o *corpus* da pesquisa. Estes conteúdos selecionados foram, então, interpretados (ZANELLI, 2002; GIL, 2008) a partir das lentes teórico-metodológicas apresentadas nas etapas anteriores. No próximo item serão explanados os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução da pesquisa

4.2 PROCEDIMENTOS

Como primeiro procedimento metodológico, que acompanhou a pesquisa desde sua pré-produção até sua finalização está a pesquisa bibliográfica, descrito por Stumpf como

Um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação [...] dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (STUMPF, 2011, p. 51)

Foi a partir da pesquisa em repositórios digitais de diferentes Universidades Federais e Estaduais, portais de eventos e o catálogo da Biblioteca Universitária da UFRGS que se pôde delimitar a pesquisa no que guiaria a análise. A constante busca pelas palavras-chave corretas foi uma questão particularmente relevante no caso do termo que dá título à pesquisa, por exemplo.

Enquanto que nas pesquisas em inglês *Media Literacy* já parecia estabelecido e com vasta possibilidades de fontes, a falta de consenso na tradução do termo para o português não facilitou as buscas iniciais, o que levou à discussão teórica mais aprofundada acerca da escolha do termo Letramento Midiático (PICCOLI, 2010;

BARTLETT; MACEDO, 2015, CURY; ARAGÃO, 2017). Além deste, são vários os outros exemplos de termos e conceitos aqui mobilizados justamente graças à revisão de literatura, mas convém ressaltar apenas a importância fundamenta deste procedimento para que a pesquisa fosse possível.

Outro processo metodológico adotado foi a análise documental, considerando que ela

Muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2011, p. 276).

Como a grande maioria das pesquisas que se utilizam dessa metodologia, nesta interessa compreender o teor do material selecionado para análise, o que justifica o caráter qualitativo do estudo. Além disso, tanto as reportagens da mídia impressa que foram digitalizadas quanto os textos produzidos já na mídia digital, são fontes de origem secundária. Elas reuniam e organizavam, cada uma a sua maneira, dados acerca da relocação da Vila Chocolate.

A partir então dessas duas etapas iniciais, a análise foi feita levando em conta as considerações sobre a construção histórica do campo midiático brasileiro (GÖRGEN, 2009; BARBOSA, 2013; HAUBRICH, 2016) e também sobre como a partir da leitura crítica, para além da mera aceitação dos fatos como expostos, novos sentidos podem ser auferidos (FREIRE, 2006; 2017; 2019; PICCOLI, 2010; WILSON et al, 2013; GRIZZLE et al, 2016).

Possibilitando a execução dos dois últimos procedimentos metodológicos citado estava a pesquisa na internet (YAMAOKA, 2011), através de Sistemas de Buscas da Web, considerados "sistemas com o objetivo de facilitar a busca e a localização de informação e sítios na *Web*" (ibid., p. 152). Esses sistemas facilitaram a construção da revisão de literatura, na forma das já citadas pesquisas em repositórios e portais, plataforma SciELO e Google Acadêmico, e também a busca pelo material que viria a compor o conteúdo da análise, através do buscador Google e dos próprios sites de notícia. A utilização deste método foi essencial, tendo em vista o período em que a pesquisa se realizou, no ano de 2020⁶.

⁶ A Pandemia do COVID-19 obrigou grande parte da população mundial a períodos de confinamento, o que tornou essencial o uso dos recursos digitais na produção do pesquisa.

Por fim, após a realização da primeira e segunda etapas do estudo, chegamos ao momento da análise. Seguindo os procedimentos indicados por Soares (2011) a pesquisa se baseou primeiramente na definição do objeto de estudo (a remoção da Vila Cholatão) e na observação e coleta da amostra (conteúdo produzido na semana da remoção por atores da mídia hegemônica e mídia alternativa). O material foi selecionado intencionalmente, em igual quantidade de ambos as mídias propostas (hegemônica e alternativa) para a análise descritiva de seus conteúdos, tendo como base as lentes das fontes teórico-metodológicas estudadas na pesquisa bibliográfica anterior.

Por fim, como uma última etapa se produziu-se uma interpretação proposta a partir dos quatro conceitos-chaves do Letramento Midiático (BUCKINGHAM, 2003). A interpretação tem como premissa a articulação do objeto “com os referenciais teóricos e pressupostos que norteiam a pesquisa, de modo a compor um quadro consistente” (ZANELLI, 2002, p. 86). Para tanto, foi utilizado a metodologia de análise e interpretação que, segundo defende Gil (2008)

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas. Daí a importância da revisão da literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa. Essa bagagem de informações, que contribuiu para o pesquisador formular e delimitar o problema e construir as hipóteses, é que o auxilia na etapa de análise e interpretação para conferir significado aos dados. (GIL, 2008, p. 178)

A partir da reflexão sobre os paradigmas do enquadramento proposta por D'Angelo (2002 apud SOARES, 2011), nota-se que esta pesquisa se insere no rol das que adotam uma abordagem multiparadigmática. Classifica-se dessa forma porque ao mesmo tempo que admite-se que por compreender a produção de conteúdo midiático pelos grandes conglomerados de mídia no Brasil como sendo feita a partir da perspectivas de "valores sustentados por elites econômicas e políticas" (SOARES, 2011, p. 459), considerando seu próprio desenvolvimento histórico, também se considera a agência individual no processamento de informações por pessoas que por sua vez terão seus próprios conhecimentos anteriores e esquemas interpretativos.

4.3 CORPUS DA PESQUISA

Para a realização da análise comparativa das abordagens veiculadas a respeito da remoção da Vila Chocolate, foram utilizadas fontes de veículos da mídia hegemônica e da mídia alternativa. Por se tratar do maior conglomerado de mídia do Sul do país, com veículos nos primeiros lugares entre as rádios mais ouvidas, canais de TV mais assistidos, jornais mais lidos e sites mais acessados, a RBS foi escolhida.

Considerado o maior grupo regional de comunicação do Brasil, o Grupo RBS foi fundado em 1957, quando Maurício Sirotsky Sobrinho, radialista apresentador do programa de auditório que revelou a cantora Elis Regina, se torna um dos sócios da Rádio Gaúcha. Cinco anos depois, o grupo inaugura seu primeiro canal de televisão, a TV Gaúcha, em Porto Alegre. Em 1967, já sob o governo ditatorial, a emissora se torna a primeira afiliada da Rede Globo.

A partir daí, em um espaço de menos de 10 anos, o Grupo RBS se profissionalizou e sofreu vertiginosa expansão, com a fundação da primeira rede regional do país (com emissoras em Caxias do Sul e Santa Maria, por exemplo) em 1969, expansão para mídia impressa com a compra do jornal Zero Hora 1970 e formação da rede de rádios FM, consolidada com a inauguração da Rádio Atlântida FM em 1976. Com diferentes meios do mercado midiático do Rio Grande do Sul sob controle do mesmo grupo, sua expansão passa a ser também territorial, com o início das operações da RBS em Santa Catarina, em 1979.

Em 1992, o Grupo RBS (então apenas RBS) controlava mais de 80% do mercado de comunicação no Rio Grande do Sul detendo, naquele momento, 12 emissoras de TV em VHS no RS e outras quatro em Santa Catarina, embora a legislação estabelecesse o limite em cinco no país, com no máximo duas por estado. (HAUBRICH, 2016, p. 25)

O Grupo RBS pode ser apontado como tendo boas práticas gestão, contudo é sua capacidade de articulação política, tanto com poderes Executivo e Legislativo (não são raros os exemplos de ex-funcionários do grupo que se elegem a algum cargo), que possibilitou seu desenvolvimento nas últimas décadas. O patrocínio estatal é constante inclusive em anos recentes. Entre 2018 e 2019, por exemplo, a Prefeitura de Porto Alegre aumentou o investimento na publicidade oficial consideravelmente. No período foram gastos R\$16.292.692, mais de 7 vezes àquele realizado entre 2010 e 2017 (período cujo investimento total somou R\$2.253.031). Destes, 50,8% (R\$8.290.363) teve como destino veículos da RBS. Com considerável

diferença, em segundo e terceiro lugar estavam veículos do Grupo Record (15%) e SBT (14%)⁷.

Para a realização da análise da presente pesquisa, foram selecionadas matérias divulgadas nos veículos Diário Gaúcho (publicação impressa com apelo popular), Gaúcha ZH (principal portal de notícias online da RBS) e Jornal Santa Catarina (jornal semanal, à época diário, em formato revista produzido e impresso no estado vizinho ao Rio Grande do Sul – após dificuldades financeiras, desde 2017 todas as operações do grupo RBS em Santa Catarina passaram a ser controladas pelo grupo NSC Comunicação).

A fim de ampliar as vozes ouvidas na compreensão do fato ocorrido, foram selecionadas postagens feitas no blog online Vila do Chocolate⁸, alimentado por membros da comunidade da Vila sob a administração conjunta com o Grupo de Assessoria Justiça Popular (GAJUP), vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de também contar com o apoio da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB).

O veículo caracteriza-se como alternativo por propor uma visão alternativa ao sistema social vigente, invertendo a lógica estabelecida entre centro e periferia. Enquanto que a lógica estabelecida preza pelo centro "higienizado", com um custo de vida e moradia elevado, e a periferia como abrigo das classes menos favorecidas, nas favelas e comunidades, o blog Vila do Chocolate propagava a ideia de que pessoas com menor poder econômico também tem direito à moradia digna nos espaços onde se estabeleceram, estejam eles onde estiverem.

A seleção de tais mídias é justificada por serem claras as suas divergências de abordagem, além de ilustrarem as diferentes versões a respeito de um acontecimento comunicadas por mídias de referência e por mídias alternativas. As peças escolhidas para a análise têm o recorte de terem sido veiculadas durante a semana da remoção, de 8 a 13 de maio de 2011, por ser um período de intenso volume de matérias e notícias produzidas acerca do acontecimento, bem como postagens no blog da Vila do Chocolate, que acompanhavam o processo e refletiam as manifestações da população ao longo do processo de remoção. Com isso, torna-se

⁷ Fonte: <https://jornalggn.com.br/noticia/o-mau-exemplo-de-porto-alegre-recursos-do-sus-desviados-para-publicidade-nacional/> (Acesso em 11/10/2020)

⁸ Endereço: <http://viladochocolatao.blogspot.com/>

possível a análise das diferentes mídias e de seus conteúdos publicados em um mesmo período de tempo. Além disso, na busca por uma análise ponderada, que desse igual importância à mídia hegemônica e alternativa, foi selecionado a mesma quantidade de material de cada como objeto de estudo, três publicações no blog e três notícias, do mesmo período. A seleção foi intencional na medida que foram elencadas matérias cuja temática versasse sobre o mesmo acontecimento, de forma a ser possível as interpretações e comparações propostas na metodologia.

5 ANÁLISE

No presente capítulo, serão observadas, exploradas e discutidas as formas com que diferentes fontes midiáticas, delimitadas no capítulo anterior, comunicam o mesmo acontecimento material. Nessa investigação, nos interessa identificar e ressaltar os quatro componentes essenciais do Letramento Midiático (BUCKINGHAM, 2003): Língua (a forma como ele é comunicado), Produção (em quais condições e por quem cada conteúdo foi produzido), Audiência (a quem cada matéria é direcionada e qual interação desejada) e Representação (que aspectos do acontecimento são retratados em cada mídia). Ao final dessa investigação individual sobre cada objeto, é feita uma análise de cunho comparativo afim de juntar os diferentes fragmentos e propor uma nova forma de se apresentar o fato

5.1 O FATO, NA VISÃO DA MÍDIA HEGEMÔNICA

Nessa seção, tem-se o objetivo de ler e compreender os conteúdos produzidos sobre a remoção da Vila Chocolateira por representantes da mídia hegemônica. Apesar de a análise estar focada nos três objetos já descritos, não será neles que ela se encerra: também convém compreender os entornos de sua produção bem como o contexto mais amplo em que esses conteúdos se inserem. Como última etapa da análise, todos os aspectos considerados serão mobilizados para se tentar interpretar essas mensagens com base nas quatro conceitos fundamentais do Letramento Midiático.

Figura 1 – Manchete do Diário Gaúcho, veiculada no dia 10/05/2011.



Disponível em: <<http://diariogaúcho.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/05/chocolatao-chega-ao-fim-3305087.html>>. Acesso em: out de 2020

Veiculada no jornal impresso de apelo popular do Grupo RBS, o Diário Gaúcho, no dia 10 de maio de 2011, dois dias antes do início da remoção, a notícia já antecipa o fim da Vila em seu título, que pode ser observado na Figura 1. A realocação das famílias que ali habitavam aparece como informação secundária, ofuscada pela caracterização do território logo na primeira linha do texto como "uma vila encravada no Centro da Capital", conforme pode ser notado no Anexo A.

Outra frase emblemática da notícia, inserida ainda no primeiro parágrafo, "Gente que sobrevive do material reciclável coletado entre prédios importantes da área central mudará de endereço", merece atenção pelos termos utilizados. Aqui são enquadradas as pessoas que vivem na vila e os objetos que a cercam. Classificados não como moradores, cidadãos ou sequer indivíduos, mas como um grupo social que tem sua sobrevivência garantida a partir do lixo dos outros, o povo da vila é visto como muito menor do que os prédios que a cercam, esses sim classificados como dignos de importância.

No parágrafo seguinte somos apresentados ao dado de que nem todas as famílias serão reassentadas: 180 das 200 que lá viviam terão moradia no novo loteamento residencial, representando a exclusão de 10% dos moradores. Apesar de citado o problema não é aprofundado, sendo reservada apenas uma breve explicação ao penúltimo parágrafo, indicando que as 20 famílias restantes seriam transferidas para o Jardim Paraíso, em outro extremo da cidade, no bairro Restinga, cuja conclusão das obras se daria em abril de 2012 – nesse intervalo as famílias teriam recebido um valor monetário correspondente ao aluguel social.

Mais espaço é reservado para poder citar todos os órgãos oficiais envolvidos no processo: Centro Administrativo Federal de Porto Alegre, Procuradoria Geral do Município, Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), União Federal, Ministério Público Federal e, finalmente, a Prefeitura de Porto Alegre.

A partir do terceiro parágrafo, a reportagem passa a trazer depoimentos esperançosos de 4 moradores, todos destacando as altas expectativas com o futuro endereço, como: "Estou bem ansiosa", "a expectativa da gente é que lá dê mais renda que aqui" ou "é uma nova fase na vida de todos". A matéria cita também um documentário que estaria sendo produzido pela rede de televisão alemã Deutsche Welle sobre o trabalho dos recicladores em Porto Alegre, porém não encontrado pelo

pesquisador. Com essa seleção de depoimentos, a ideia que se passa é que a ordem de remoção foi bem-vinda para grande parte dos habitantes da vila.

Ao final da reportagem, nas duas últimas linhas, há a indicação de que o sentimento não foi consensual, com a menção de que haviam moradores contrários a remoção que haviam entrado na Justiça. Novamente um possível problema levantado pela remoção é apenas descrito sem ser examinado. Na frase seguinte é sinalizado que o DEMHAB já tratava desses casos diretamente com as famílias insatisfeitas.

Como epígrafe do texto percorrido da reportagem há a listagem de alguns eventos históricos da Vila Chocolateiro (como a data das primeiras ocupações, a instalação de rede elétrica, incêndios e data da primeira promessa de remoção pelo DEMHAB) e alguns pontos positivos da ação de remoção destacados pelo próprio DEMHAB.

Figura 2 – Fotografia que ilustra matéria do Diário Gaúcho



Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/05/chocolatao-chega-ao-fim-3305087.html>>. Acesso em: out de 2020

Por fim, a Figura 2 apresenta a fotografia que ilustra a matéria. Nela, vê-se a moradora Santa Lúcia, posando na janela do segundo andar de sua casa na Vila Chocolateiro. Ao lado da casa, um menino observa a câmera com aparente curiosidade.

Figura 3 – Manchete da Gaúcha ZH, veiculada no dia 12/05/2011



Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2011/05/criada-na-vila-chocolatao-andressa-comemora-mudanca-espero-muitas-coisas-boas-3308176.html>>. Acesso em: out de 2020

A matéria divulgada pela Gaúcha ZH no dia do início da remoção, em 12 de maio de 2011 (Figura 3), assim como a reportagem analisada anteriormente e veiculada no Diário Gaúcho, destaca apenas falas positivas de moradores da Vila Chocolatão em relação ao remoção. A diferença é que neste conteúdo, diferentemente do último, sequer menções a problemas ou moradores contrários a remoção são feitas. Em um primeiro momento somos apresentados a uma família de Andressa, de 13 anos, que arrumava suas coisas se preparando para a mudança, conforme indica texto do Anexo B.

Com um apelo emocional, citam-se as palavras esperançosas da criança logo no título da matéria: "Espero muitas coisas boas". Na Vila, ela vivia com os pais e mais três irmãos. O pai de Andressa, João Bento de Moraes, de 37 anos, também é ouvido pela reportagem, destacando a falta de espaço da moradia atual e a mudança para "uma casa decente, um ambiente diferente".

Ao referir-se à vila que estava prestes a ser destruída, a matéria se encerra com a frase "a Chocolatão tornou-se conhecida como um amontoado de barracos em meio a lixo catado no Centro, lama e ratos." Os termos que rebaixam as habitações da antiga vila suportam discursos favoráveis à remoção, alegando seu estado deplorável como uma das principais motivações da necessidade de realocação das famílias.

Figura 4 – Fotografia que ilustra matéria da Gaúcha ZH



Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2011/05/criada-na-vila-chocolatao-andressa-comemora-mudanca-espero-muitas-coisas-boas-3308176.html>>. Acesso em: out de 2020

Ilustrando a matéria está uma foto de Andressa enquanto aguarda a transferência acontecer (Figura 4). As pessoas retratadas não pareciam estar cientes que a fotografia estava sendo tirada: há um homem prestes a montar em uma bicicleta, uma mulher ajustando o cabelo enquanto olha pra baixo e uma criança de costas interagindo com Andressa, a única personagem a encarar a câmera, porém com um olhar de surpresa ou curiosidade. A legenda não deixa explícito se a fotografia foi feita em frente a casa de Andressa, se os adultos da foto são os pais de Andressa e nem se a outra criança é um irmão seu. O enquadramento da foto é feito na diagonal com relação a casa e num segundo plano vemos o que parecem ser dois agentes da Polícia Federal interagindo com uma terceira pessoa não identificável.

Figura 5 – Manchete do Nosso Mundo Sustentável, veiculada no dia 12/05/2011

Reciclagem | 12/05/2011 06h11min

Residencial recebe galpão de reciclagem em Porto Alegre

Parceria da Usiminas com a prefeitura oferecerá fonte de renda para 120 famílias do Residencial Nova Chocolate

Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/nossomundo/19,997,3307129,Residencial-recebe-galpao-de-reciclagem-em-Porto-Alegre.html>>. Acesso em out 2020

Da época em que a RBS atuava também em Santa Catarina, em matéria ao caderno Nosso Mundo, do Jornal de Santa Catarina, de 12 de maio de 2011, dia do início da remoção, são feitos elogios ao novo galpão de reciclagem entregue ao residencial Nova Chocolatão, onde a maioria das famílias removidas seriam realocadas (Anexo C).

Nessa matéria, cuja manchete pode ser observada na Figura 5, qualquer questão social envolvida no acontecimento maior, a remoção, é omitida. O foco de todo conteúdo está na difusão de informações sobre a infraestrutura do novo espaço destinado a atividades de reciclagem. Há apenas uma breve menção favorável à realocação da comunidade, indicando um sentimento de otimismo por parte dos moradores com a perspectiva de mudança para um novo bairro.

A reportagem destaca que o local terá capacidade para 160 trabalhadores distribuídos em dois ou três turnos, número bem abaixo da quantidade de moradores da Vila Chocolatão no período antes da remoção, que por vezes era apontado como de 600 e outras como de 700 pessoas. Também se fala da quantidade de casas e sobrados que serão disponibilizados no novo residencial, porém sem a menção de que as 180 moradias não serão o suficiente para abrigar as 200 famílias.

Por fim, é nesse conteúdo que a empresa Soluções Usiminas é citada pela primeira vez, apontada como responsável pelo fornecimento dos equipamentos para o desempenho das atividades de reciclagem que empregariam parte da população realocada. Não é comentado, porém, que no semestre anterior a remoção havia sido sancionada e regulamentada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) pelo então presidente Lula, que obrigava a indústria a se tornar responsável pelos seus resíduos. Além disso, a nova lei já previa a aplicação de multa para as empresas que não se adequassem a PNRS e garantia o destinação de pelo menos R\$1,5 bilhão para financiamento de soluções no ano de 2011⁹ - coincidentemente, ou não, o ano da remoção.

⁹ Informações obtidas a partir de publicação feita no site do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/6466-politica-nacional-de-residuos-solidos-e-sancionada-pelo-presidente-lula>>. Acesso em out 2020.

Figura 6 – Fotografia que ilustra matéria do Nosso Mundo Sustentável



Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/nossomundo/19,997,3307129,Residencial-recebe-galpao-de-reciclagem-em-Porto-Alegre.html>>. Acesso em out 2020

Além do texto, a notícia também apresenta uma fotografia que exhibe o interior do galpão de reciclagem construído na Vila Nova Chocolatão, como pode ser observada na Figura 6.

5.1.1 Língua

Em se tratando da linguagem adotada nos objetos analisados, vale ressaltar a proximidade da retórica utilizada pela matéria do Diário Gaúcho e da Gaúcha ZH. Ambos se valeram de depoimentos esperançosos de moradores, com especial afetividade no texto da Gaúcha ZH que leva em seu título a fala de uma menina de 13 anos, além de buscarem transmitir as informações em um tom que visava a imparcialidade e distância dos fatos, sendo essa última característica também apresentada pela notícia do Nosso Mundo Sustentável.

Pode-se argumentar que esse é o objetivo de todo texto jornalístico, portanto é de se esperar que os conteúdos retirados de jornais apresentem essa linguagem. Não faz parte dos objetivos da presente pesquisa procurar delimitar a forma como o

jornalismo deve ser feito, sequer há nela referencial teórico suficiente para tal. Se tratando de uma análise focada na educação midiática, porém, o que convém ser apontado é que a adoção dessa linguagem ajuda a "blindar" a representação construída, que passa a parecer muito mais a própria realidade em si do que o que de fato é (CERIGATTO; CASARIN, 2017).

5.1.2 Produção

Com relação a sua produção, cabe aqui lembrar do contexto histórico em que se encontram os atores midiáticos, apresentado de forma geral no terceiro capítulo e melhor especificado no caso específico da RBS no capítulo posterior (GÖRGEN, 2009; HAUBRICH, 2016). Suas relações institucionais prioritárias se estabelecem com detentores do poder político e/ou econômico, indo mais para um lado ou outro a depender situação, mas raramente fugindo dessa regra.

É válido se levar esses aspectos em consideração na medida em que as matérias, de forma geral, não buscam ouvir ambas as partes de maneira equânime. A ausência de fontes com visões opostas às que dão o tom das reportagens pode ser apontada como uma escolha deliberada pela manutenção de um discurso oficial sem que sejam oferecidas informações suficiente para que este seja debatido pela sociedade a partir de uma visão mais ampla de seus entornos.

Há de se considerar sim que a RBS presta um serviço público essencial aos cidadãos do Rio Grande do Sul, trazendo notícias e informações relevantes, bem produzidas e atualizadas com um alcance que nenhuma outra instituição no estado foi capaz de alcançar até agora. Porém, não se pode perder de vista que a organização não é uma entidade alheia ao mundo que a cerca, tendo também suas próprias perspectivas, interesses e desavenças (CERIGATTO; CASARIN, 2017).

Claro, a RBS precisa ter respaldo público e por ele ser reconhecida como fonte confiável para permanecer sendo um ator relevante da comunicação social no RS. Contudo, também é essencial para sustentar e expandir sua estrutura benefícios como verba publicitária, isenção fiscal e informações privilegiadas, por exemplo. Daí a importância desses relacionamentos.

Não se pode inferir, porém, que todo e qualquer conteúdo emitido pela empresa terá o objetivo de beneficiar determinado grupo ou outro, mas sim ter a

consciência de que esse interesse permeia sua produção. Menos como justificativa para desqualificar a função social exercida pela instituição e muito mais como compreensão não só das dinâmicas envolvidas na esfera midiática, mas também que permeiam a própria sociabilidade no contexto econômico-produtivo no qual ela se insere (BUCKINGHAM, 2003; 2010; 2011; FANTIN, 2011).

5.1.3 Audiência

Na análise dos três objetos é possível perceber que são conteúdos dirigidos ao cidadão porto alegreense ou que vive no sul do Brasil em geral. Sendo veiculadas por empresas com alta profissionalização na comunicação midiática, as mensagens possuem certa autoridade quanto a sua credibilidade. Grande parte de seus leitores, inclusive, acompanha as notícias a partir desta fonte pela sua prevalência sobre demais empresas da mídia locais.

O estímulo que esses textos parecem tentar induzir a essa audiência é o de passividade diante dos fatos expostos. Como nenhum debate sobre como se dará o processo de remoção é proposto, exceto pela breve citação da existência de moradores contrários a ação no Diário Gaúcho, pouco há o que se fazer para além da apreensão das informações transmitidas.

5.1.4 Representação

Admitindo que, ainda que fundamental para a difusão de informações na sociedade, a mídia não é capaz de refletir o mundo tal qual ele é, apresentando "determinadas interpretações e seleções da realidade, que inevitavelmente incorpora valores e ideologias implícitos" (BUCKINGHAM, 2010, p. 50), podemos inferir sobre quais foram as representações do fato material que os veículos de comunicação ligados ao grupo RBS procuraram apresentar.

Tendo como base os três objetos analisados, percebe-se uma construção narrativa constante que indica que o processo da remoção era encarado como positivo por praticamente todos os atores envolvidos - com a exceção de um pequeno grupo brevemente citado por apenas uma das matérias.

Se por um lado os moradores da Vila Chocolatão são apresentados como animados e esperançosos com a mudança, por outro os agentes públicos parecem estar cumprindo seu trabalho, oferecendo inclusive as oportunidades de moradia em local com melhor infraestrutura e trabalho na nova Unidade de Triagem e Compostagem. A premissa básica que orienta a construção dos textos pode ser apontada como sendo algo próximo de “se no presente há lixo, no futuro há esperança”.

Questões como a distância entre o velho e o novo endereço ou o número insuficiente de casas para abrigar todas as famílias que viviam na Vila Chocolatão não são aprofundada, que o novo galpão não poderá oferecer emprego para sequer metade dos moradores da Vila mesmo se funcionando durante três turnos sequer é citado pelas matérias.

Outro personagem importante em duas das três reportagens é a própria cidade de Porto Alegre. Seus prédios públicos grandiosos, de arquitetura imponente e localização central na cidade são sempre representados como incompatíveis com a pobreza e insalubridade da Vila onde mais de 700 pessoas fazem morada – o que fica explícito no contraste apresentado entre a "gente que sobrevive do material reciclável coletado" e os "prédios importantes da área central" pela matéria do Diário Gaúcho. Remover esses barracos, e moradores, da vista dos cidadãos porto alegrenses, aqui, parece ser uma coisa quase óbvia a ser feita.

5.2 O FATO, NA VISÃO DA MÍDIA ALTERNATIVA

Finalizada a primeira etapa da análise, tendo conteúdos produzidos pela mídia hegemônica como objeto, aqui é o momento de se tentar fazer sentido a partir do material coletado no blog da Vila Chocolatão. Aqui, novamente a análise não se encerra nas publicações, apesar de nelas se centrar, e traz, como última etapa, a elucidação desse conteúdo se baseando nos componentes fundamentais do Letramento Midiático.

Figura 7 – Título de postagem do blog Vila do Chocolatão, veiculada no dia 08/05/2011



Disponível em: <<http://viladochocolatao.blogspot.com/2011/05/vila-chocolatao-as-vesperas-da-remocao.html>>. Acesso em: out de 2020

Na Figura 7 podemos ver o título do conteúdo publicado 4 dias antes do início da remoção. Logo no início, o texto já antecipa o tom dos dias que estavam por vir, indicando que na semana subsequente se daria a remoção da Vila (Anexo D). Aqui, pela primeira vez dentre os objetos analisados, são citadas ações da Prefeitura de Porto Alegre que visam a preparação da cidade para receber a Copa do Mundo de 2014. Após essa breve introdução de dois parágrafos, é indicado que o texto que se segue consiste em uma carta-denúncia formal elaborada em conjunto pelo GAJUP, AGB, SAJU e Faculdade de Direito da UFRGS. Seu conteúdo é constituído por considerações, posicionamentos e um resumo do laudo técnico realizado pela parceria entre as instituições citadas, que acompanharam e estudaram o projeto de remoção e apontaram suas diversas inconsistências e deficiências, visando a assegurar os direitos dos habitantes da vila. Seus destinatários são a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o Ministério das Cidades do Governo Federal, a Caixa Econômica Federal, defensores dos Direitos Humanos e, por fim, todos os cidadãos do Rio Grande do Sul.

A primeira parte da carta contextualiza a remoção, porém com um viés muito diferente do observado nos últimos três conteúdos analisados. O primeiro fato novo apresentado é que, apesar de o processo de reintegração de posse tramitar na Justiça Federal há mais de 10 anos (informação também presente na notícia do Diário Gaúcho), a liminar que dava esse direito à União foi suspensa, "para que os direitos fundamentais e dignidade daqueles/as moradores/as fossem respeitados". Em seguida, é questionado se o processo de realocação tem sido tratado com prioridade por respeito a dignidade da pessoa humana ou se o interesse em vê-lo concluído é

mais motivado por se aproximar o fim da gestão diretiva da Prefeitura e do Tribunal, com a proximidade das eleições municipais de 2012.

A questão da pressa para a remoção é aprofundada ao se apresentar o contexto histórico da ocupação. O texto indicia que já há mais de duas décadas famílias instalaram-se naquele local, no que é considerado por alguns "a primeira ocupação urbana do Brasil formada essencialmente por moradores de rua". Ao longo desses anos, enquanto a vila crescia no número de casas e de moradores, pouco ou nenhum trabalho de urbanização naquela área foi mobilizado. É somente a partir do interesse de se construir um estacionamento para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e outros prédios para utilização do poder judiciário que se passa a pensar em uma "solução" para a área. No texto, não são ignorados os problemas sanitários ou estruturais da Vila, porém se é ressaltado que existem sim alguns aspectos que precisariam ser mais aprofundados devido a sua relevância para as vidas daquelas famílias.

É a partir de um Laudo Técnico Socioeconômico, elaborado pela AGB em parceria com o GAJUP, que são apresentados os principais problemas decorrentes da remoção: insuficiência de participação dos moradores no Projeto de Realocação (indo em direção oposta ao que prevê o Regime Urbanístico previsto no Estatuto da Cidade); insuficiência de equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social na região de realocação, que já era uma área com alta densidade demográfica (contrariando promessa feita pelo DEMHAB e veiculada pelo Diário Gaúcho); insuficiência de moradias (único problema já citado pelo Diário Gaúcho); galpão com tamanho reduzido, impossibilitado de comportar todos os trabalhadores da Vila; ausência de conscientização e capacitação dos moradores para que possam se adaptar as novas condições de trabalho e moradia.

Nas linhas subsequentes, sob a estrutura de tópicos, somos apresentados a mais fatos contraditórios e questionamentos sobre a remoção. Vale ressaltar, por exemplo, que a Prefeitura se negou a assinar um Termo de Compromisso por suas promessas, proposto pelo Ministério Público Federal. Outro ponto relevante diz respeito a Ação Judicial ingressada por alguns moradores contra a remoção (fato citado pelo Diário Gaúcho). Aqui, ficamos sabendo que como resposta foi efetuado o pedido de força policial para a desocupação.

De forma geral, a postagem define a realocação como um processo de gentrificação, como “parte das ações adotadas pela prefeitura para 'limpar' a cidade em função da Copa do Mundo de 2014”. Além disso, caracterizam a ação como “um exemplo de processo de limpeza que não se alinha à democracia”. Trata-se, portanto, de um discurso muito divergente aos veiculados pela mídia hegemônica, que se apresenta como favorável à remoção e evita mencionar ou chamar a atenção para o fato de existirem pessoas contrárias à ação da prefeitura.

Por fim, o texto se encerra com um requerimento proposto para a sociedade civil em 3 pontos centrais: 1) a garantia da proibição da remoção com uso de força policial; 2) um pedido para que a Prefeitura explique os motivos da pressa na realocação antes da remoção; 3) outro pedido, também para a Prefeitura, de elucidação do método de efetivação dos Direitos Humanos das pessoas a serem removidas.

A publicação não conta com nenhuma imagem ou fotografia para ilustrar o que está sendo dito, tendo apenas como anexo um vídeo realizado pelo GAJUP e AGB com o apoio do Catarse, coletivo de comunicação independente, contextualizando a situação. O vídeo, porém, já estava fora do ar quando a pesquisa foi realizada. Apesar disso, tem-se a presença de um poema com versos espalhados ao longo do texto. Escrito pelo renomado poeta e payador gaúcho, Jayme Caetano Braun, de tom melancólico a respeito das batalhas e tristezas vividas pelas camadas não possuidoras do poder da lei.

Figura 8 – Título de postagem do blog Vila do Chocolatão, veiculada no dia 11/05/2011



Disponível em: <<http://viladochocolatao.blogspot.com/2011/05/vila-chocolatao-do-centro-periferia.html>>. Acesso em: out de 2020.

A postagem feita na véspera do início da remoção, ilustrada aqui pela Figura 8, traz o tom derrotista, informando que no dia seguinte, no horário marcado, "com chuva ou sem chuva" a Vila Chocolatão seria removida da região central de Porto

Alegre para a zona periférica, num processo que se dará também nos dias subsequentes, conforme indicado pelo texto no Anexo E.

Nas linhas seguintes são esmiuçados detalhes de negociações com Humberto Goulart, diretor do DEMHAB, que permitiram que aqueles que desejassem permanecer mais tempo, poderiam sair apenas nos últimos dias da remoção. Entretanto, ainda há o temor da violência institucional do Estado, por conta do mandado Judicial, que determinava a remoção imediata com ofício a Brigada Militar e a Polícia Federal. É por esse motivo que ao fim da publicação há o reforço do convite para que mais pessoas estejam na comunidade durante esses dias, evidenciando o caráter de nota convocatória do texto.

Além disso, o conteúdo também é composto por duas fotografias tiradas em ângulos inéditos até então:

Figura 9 – Fotografia de postagem do blog Vila Chocolateão no dia 11/05/2011



Disponível em: <<http://viladochocolatao.blogspot.com/2011/05/vila-chocolatao-do-centro-periferia.html>>. Acesso em: out de 2020.

Na Figura 9, podemos observar o contraste entre a imponência do prédio da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, com suas janelas espelhadas iluminadas pelo sol, e as casas da Vila, que apesar de estarem no primeiro plano ficam ofuscada pela sombra de outras grandes construções ao seu redor.

Figura 10 – Fotografia de postagem do blog Vila Chocolatão no dia 11/05/2011



Disponível em: <<http://viladochocolatao.blogspot.com/2011/05/vila-chocolatao-do-centro-periferia.html>>. Acesso em: out de 2020.

Já na Figura 10, vemos o muro lateral da Vila Chocolatão. Suas pixações expressam a contradição do momento vivido "COPA P/ OS RICOS! REPRESSÃO P/ O POVO!". Logo abaixo, numa tipografia menos elaborada e sem preenchimento, outra pixação que se refere ao contexto específico da Vila Chocolatão, afirmando que seguirão lutando pela "nossa dignidade".

Figura 11 – Título de postagem do blog Vila do Chocolatão, veiculada no dia 13/05/2011



Disponível em: <<http://viladochocolatao.blogspot.com/2011/05/irregularidades-seguem-acontecendo-na.html>>. Acesso em: out de 2020.

A primeira informação a ser destacada no terceiro texto analisado (Anexo F) foi a antecipação do início do processo de remoção no dia anterior, ocorrendo às sete e meia da manhã, meia hora antes do previsto. Outro ponto central é a concretização do temor explicitado no texto anterior, com a presença de grande número de policiais militares e federais, portanto inclusive armas como metralhadoras e espingardas.

Esses fatos tencionaram o clima no começo da remoção, deixando agentes públicos e moradores ansiosos durante o processo.

O texto narra que os moradores eram solicitados a primeiro retirar todos os pertences de suas casas e levá-los a um caminhão, que conduzi-los-ia até o novo endereço. Imediatamente após esvaziadas, as casas eram destruídas por uma retroescavadeira operada por funcionários da prefeitura. Ao longo do processo, moradores que não estavam contemplados por nenhuma das opções sugeridas pela prefeitura eram intimidados por agentes, instaurando-se assim uma mesa de negociação a vista de vários expectadores. Participaram da "mesa" o GAJUP/SAJU-UFRGS, AGB, Núcleo de Assessoria Jurídica Popular do Rio Grande do Sul – NAJUP/RS, Coletivo de Apoio a Reforma Urbana - CARU e ONG Acesso, cujo objetivo, segundo o texto, era de garantir o direito básico fundamental à moradia, e funcionários do Ministério Público Federal, da Governança da Prefeitura de Porto Alegre, do DEMHAB e da CONTERRA, empresa contratada pela prefeitura, cujo objetivo, fica subentendido, é de retirar os moradores de suas antigas casas.

A situação escalou com o caso de Ezequiel, sua esposa Maiara e filha Hilary, de 5 meses, descritos na publicação. Por não estar contemplado em nenhum aspecto do projeto previsto, a família se recusou a deixar sua casa. Juntaram-se à família outros moradores e ocuparam a casa de Ezequiel de maneira a compelir a Prefeitura a se comprometer com sua obrigação de garantir um destino certo para essas famílias.

O texto também traz mais detalhes sobre as pessoas que acompanharam a remoção. É citado que pela manhã foram encontrados representantes do Ministério Público Estadual e da Organização das Nações Unidas. Também há a menção aos veículos de mídia corporativa, que segundo o texto evocam um ponto de vista unilateral em oposição à própria percepção dos moradores. É esse contraste e a própria insegurança de variados atores presentes nesse acontecimento que, segundo o texto, evidenciam o caráter arbitrário e vertical da tomada da decisão pela realocação, sem ter como norte a inclusão de fato. Se é questionado, inclusive, o fato de os mesmos órgãos responsáveis por jugar os processos legais, Justiça Federal e TRF-4, são os interessados pela área a ser desocupada. Há ainda uma última informação: os moradores que optaram por permanecer em suas casas durante os mais de dez dias subsequentes do processo de remoção, se encontravam sem água encanada em suas moradias. Assinam o texto o GAJUP/SAJU-UFRGS e AGB.

Ao final, um vídeo produzido pelos Comitês Populares da Copa apresenta cenas do primeiro dia de remoção. Nele há entrevistas com representantes do GAJUP e moradores da Vila Chocolatão muito incomodados e revoltados com a forma que o processo se deu até aquele momento. A única exceção se dá na fala do que parece ser um agente público, que tentava tranquilizar e convencer famílias a deixarem suas casas, ainda que o destino dessas pessoas estivesse sendo questionado por outros que aparecem no vídeo. Imagens da retroescavadeira colocando algumas casas ao chão ilustra o começo e final do vídeo.

5.2.1 Língua

No que se refere a linguagem, nesse conteúdo pode ser percebida uma forma mais livre de se comunicar. Aqui textos intercalam com poemas, pareceres técnico, depoimentos, fotografias e até um vídeo. Essa liberdade também proporciona melhor identificação da posição de fala do enunciador. Percebe-se não se tratar de textos imparciais, porém aqui a nitidez não faz deixar dúvidas. Há também, nos dois primeiros conteúdos analisados no blog, a quebra da barreira simbólica entre produtor e receptor da mensagem, por meio da adoção da conjugação de verbos no imperativo na convocatória para estarem no local durante a remoção.

5.2.2 Produção

No blog, moradores encontraram um espaço de expressão de suas opiniões contrárias à remoção e puderam manifestar seus motivos e receios em relação à mudança e à ameaça a seus direitos. Caracterizando-se, assim, como um veículo da mídia alternativa, enquadrando na definição apontada por Haubrich (2016, p. 90):

Constituição organizacional democrática, participativa e assentada em bases populares; diferenciação em relação à mídia dominante; independência em relação ao Estado e ao poder econômico; veiculação de conteúdos de caráter crítico-emancipador, transformador; sentido de busca de transformações sociais.

Tratando da sua constituição organizacional democrática, participativa e assentada em bases populares, por ser gerido pelos próprios moradores da Vila Chocolatão, também podemos inferir que essa participação se dá de forma direta.

Quanto a diferenciação frente a mídia hegemônica e independência em relação ao Estado e poder econômico, pôde ser observado que nenhum dos conteúdos publicados no blog tinham qualquer respaldo com os discursos oficiais de veículos da imprensa corporativa ou de órgãos estatais.

5.2.3 Audiência

Com relação a audiência a qual esses conteúdos parecem se destinar, pode-se avaliar que o mesmo público para qual se direcionavam as matérias do grupo RBS também é destinatário desses. Afinal, o cidadão médio poderia sim ter seu interesse desperto para melhor compreensão do processo caso munido das informações dispostas nos textos do blog antes ausentes nas reportagens. Além destes, porém, o segundo grupo de objetos analisados também parece incluir os outros cidadãos porto alegrenses, dos que, como os moradores da Vila Chocolate, em vários momentos parecem serem deixados de lado na hora de se pensar políticas públicas.

Já o estímulo que esses textos parecem tentar induzir em sua audiência é diametralmente oposto ao identificado na análise do primeiro grupo. Aqui, todo o conteúdo parece estar direcionado a questão da disputa de território. Se percebe uma movimentação que está longe de ter fim e, mais que isso, é feito o convite explícito para que o leitor vá presenciar o processo de remoção, podendo tornar-se, ele próprio, um sujeito a interferir e ser interferido pelo fato exposto. Ao contrário de antes, aqui, ao se saber de todas as irregularidades e arbitrariedades envolvidas num processo de segregação social urbana, se impele pela mobilização ao invés da passividade.

5.2.4 Representação

Após a análise da segunda metade do *corpus* de pesquisa, fica ainda mais evidente a noção da mídia como veiculadora de uma representação da realidade. Em meio a tantas denúncias fica quase difícil de acreditar que são conteúdos que tratam sobre o mesmo processo que tratavam os outros.

Aqui, ao invés de uma ação visando o bem estar de cidadãos mais desfavorecidos e a melhor organização espacial do centro da cidade, a remoção da Vila Chocolate é exposta como sendo um ato arbitrário, executado às pressas por

conta de promessas feitas e a aproximação de grandes eventos, que remove gente indesejada no centro, realocando-os nas periferias.

A fim de sustentar essa premissa, são apresentados vários problemas no entorno do processo legal, da quantidade de postos de trabalho no novo galpão, da disponibilidade de direitos básicos como educação e saúde no futuro bairro e do destino das famílias que não foram contempladas no plano de realocação elaborado pelos órgãos públicos. O aparente consenso apresentado inicialmente dá lugar a uma luta intensamente disputada na justiça e materializada pela presença de policiais federais e militares portando armas de alto calibre no primeiro dia de remoção. A cidade, que antes parecia um espaço a ser organizado a partir de uma centralidade, agora se torna arena de contradições.

Da mesma forma que na análise anterior notou-se a ausência de informações em benefício da melhor difusão de outras, aqui também é possível perceber um recorte de relatos e apontamentos exclusivamente negativos sobre a remoção. Pouco se é dito sobre as consideráveis melhoras nas moradias no novo endereço ou o esforço em prol de uma realocação não só habitacional mas com infraestrutura para creche e galpão de reciclagem – ainda que um não estivesse pronto no período da mudança e o outro não possuísse capacidade para todos moradores, ambos podem ser considerados aspectos muito positivos da ação pública. As famílias que assinaram o termo por própria vontade e estão ansiosas ou esperançosas, representadas nas matérias publicadas por veículos do grupo RBS, não aparecem nesses novos conteúdos.

5.3 O EXERCÍCIO COMPARATIVO

Os dois grupos de conteúdos analisados apresentam diferenças notáveis logo na comparação entre as linguagens adotadas por cada um. As reportagens veiculadas pelo grupo RBS apresentam o fato baseadas numa linguagem aparentemente neutra e direta, com seu discurso apoiado pelo depoimento de moradores esperançosos com a realocação e falas de servidores do poder público. Já os outros conteúdos tem em si a marca da digitalização: são publicados em um blog na internet, o vídeo se faz uma possibilidade presente e a própria estrutura textual é menos rígida, intercalando diferentes estilos em sua construção. Uma das atribuições fundamentais do

Letramento Midiático é justamente a navegação entre essas diferentes mídias e formas de expressões, considerando que

A informação cotidiana, atualmente, pode ser obtida não somente nos jornais tradicionais historicamente muito lidos, mas em um post do Facebook, um meme, um canal no YouTube de um blogueiro popular etc. - conteúdos acessados cotidianamente principalmente pela chamada geração Y, e a mais nova – geração Z - que misturam entretenimento e informação, e trazem pontos de vista sobre vários assuntos, assim como informações editadas e um tanto "recortadas" de suas fontes originais (CERIGATTO; CASARIN, 2017, p. 226)

A análise sobre como se deu a produção de cada objeto pode ajudar a compreender o porquê de suas diferenças. Nesse ponto, ressalta-se que enquanto os primeiros três conteúdos analisados foram produzidos por grandes empresas de mídia, com extenso quadro de profissionais da comunicação e jornalismo, os outros últimos foram feitos por civis engajados na movimentação social, respaldados pela institucionalidade de órgãos técnicos como o GAJUP ou a AGB, e dos moradores da Vila Chocolatão, eles próprios atores do fato noticiado. Enquanto as práticas e valores mobilizados pelo primeiro grupo ao longo da produção das mensagens se valeram da institucionalidade do campo midiático brasileiro (BARBOSA, 2013), a elaboração de conteúdos pelo segundo grupo só foi possível graças aos avanços tecnológicos recentes da midiatização digital e a cultura participativa por ela proporcionada (CASTELLS, 2003; JENKINS, 2009; MALDONADO, 2013; ALVES, 2019). Olhando de forma mais ampla, o que se vislumbra é a disputa de narrativas entre um representante do Sistema Central de Mídia do Brasil (GÖRGEN, 2009) e um veículo de mídia alternativa (HAUBRICH, 2016).

Considera-se uma disputa à medida que ambos são destinados ao mesmo público, de forma ampla, porém a partir de diferentes estratégias e com a aparente intenção de transmitir diferentes estímulos. Se nas reportagens da RBS a ausência de discussões passou a ideia de que nada caberia ao leitor além da apreciação das informações, nas publicações do blog o que se sente é um clima de conflitos e contradições que demandariam, inclusive, a mobilização do leitor através de convocatórias explícitas. Mesmo inferindo estes apontamentos, convém pontuar que nessa pesquisa, bem como nos estudos contemporâneos sobre Letramento Midiático:

[...] o receptor não é mais visto como um ser indefeso e apático diante do poder da mídia massiva. As audiências são plurais, e a recepção é tida como o lugar na qual ocorrem a negociação e a produção de sentido, com a participação de produtor e receptor. Tão importante quanto levar em conta o

papel ativo do receptor é considerar que a interpretação não é um processo individual, mas sim, social. (CERIGATTO; CASARIN, 2017, p. 228)

Por fim, com tantas diferenças nos seus aspectos conceituais anteriores, fica ainda mais fácil compreender as formas com as quais cada mídia representa a realocação da Vila Chocolatão. Se de um lado apenas depoimentos positivos, do outro apenas lamentos. Se de um lado funcionários públicos competentes e preocupados com a segurança social, do outro agentes intransigentes. Se de um lado a realocação foi um sucesso absoluto, do outro foi um fracasso absoluto.

A fim de se confrontar mais facilmente os aspectos analisados em cada grupo de conteúdo, suas considerações principais foram sintetizadas e organizadas na forma de uma tabela comparativa:

Tabela 1 – Comparação entre a comunicação de veículos da mídia hegemônica e da mídia alternativa a partir dos quatro aspectos conceituais do Letramento Midiático

	Mídia hegemônica	Mídia alternativa
<i>Língua</i>	Transmissão de informações em tom e linguagem visando demarcar suposta imparcialidade da fonte intercalada com depoimentos esperançosos.	Linguagem comunicacional mais livre, intercalando diferentes formatos, marcada pela nítida parcialidade no tratamento de informações e quebra da barreira simbólica entre escritor e leitor
<i>Produção</i>	As reportagens foram produzidas por jornalistas contratados pelo maior conglomerado midiático do sul do país, cuja história se confunde com a própria história da comunicação social no estado do RS.	Postagens assinadas por representantes civis sem formação em comunicação social, sob responsabilidade editorial dos próprios moradores da Vila Chocolatão, GAJUP e AGB.

<i>Audiência</i>	Busca-se atingir o cidadão médio porto alegreense. Este por sua vez, espera receber um conteúdo confiável e completo, por se tratar da maior empresa de mídia de sua região. O estímulo que as reportagens parecem querer induzir no leitor é de tranquilidade, já que o processo, aparentemente, está sendo feito sem que haja grandes discussões no entorno dele.	Aqui também se procura atingir o cidadão médio porto alegreense, mas é nesse ponto que as semelhanças se encerram. A audiência, nesse caso, pode descredibilizar as informações compartilhadas (por serem contraditórias às veiculadas pela mídia corporativa), confiar no exposto (por ter em sua editoria moradores da Vila Chocolateão e outros órgãos técnicos) ou gerar sua própria síntese. A inação, porém, é uma impossibilidade, visto que as publicações expõe as disputas envolvidas e impelem pela mobilização social.
<i>Representação</i>	A Vila Chocolateão é um estorvo para os grandiosos prédios públicos no seu entorno, moradores estão felizes com a realocação por terem esperança que terão uma vida melhor no novo bairro, com casas melhor estruturadas, salvo raras exceções. O processo legal se deu sem problemas, a infraestrutura no novo endereço já está pronta para receber os moradores e o novo galpão de reciclagem proporcionará vagas de emprego.	Os moradores da Vila Chocolateão estão apreensivos com a pressa imposta pelo poder público que força a remoção apesar das inconsistências do processo jurídico. As autoridades públicas são intransigentes e não se importam com as vidas daquelas pessoas. O clima é de terra arrasada e muitos moradores estão inseguros sobre o futuro, sendo necessário a ação da força policial para que o processo de realocação pudesse acontecer.

Fonte: elaborado pelo autor

O Letramento Midiático, se apresenta, portanto, como uma abordagem teórico-metodológica capaz de explicitar essas diferenças de abordagens por ter como gênese não a mera leitura utilitária mas sim a análise crítica para além do que se é exposto em um primeiro contato. Isso se dá, principalmente, principalmente por se basear em uma concepção da pedagogia como ferramenta de transformação das práticas sociais, trabalhando a autonomia de cada indivíduo (BEVORT; BELLONI, 2009; FREIRE, 2013; 2017; 2019).

Nesse ponto ressalta-se que, a partir do aporte dos Novos Estudos de Letramento, essa pesquisa se vale de “[...] uma noção de poder não como onipresente, mas como algo que circula, questionando os falsos dualismos muitas vezes mal interpretados na obra de Paulo Freire (BARTLETT; MACEDO, 2015, p. 231) e da noção que é “a partir da continuidade de ambas as leituras - do mundo e da palavra – [que] toma lugar a leitura da *palavramundo*” (PICCOLI, 2010, p. 260). Portanto, cabe menos apontar qual conteúdo deveria ser levado em consideração em detrimento de outro e mais desenhar os possíveis caminhos metodológicos para o estabelecimento de diálogos pedagógicos sobre a interpretação destes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a internet como um dos fenômenos essenciais no ordenamento social na contemporaneidade (CASTELLS, 2003; JENKINS, 2009; CARR, 2011; NEPUCEMO, 2011; MALDONADO, 2013; ALVES, 2019), se inserindo no universo das revoluções midiáticas que a precederam (RUSHKOFF, 2012), a partir dessa análise foi possível constatar como o mesmo fato pode ser apresentado de formas completamente diferentes, deixando explícita a importância do Letramento Midiático para melhor interpretação de conteúdos veiculados pela mídia (BUCKINGHAM, 2010, 2011; POTTER, 2010). É aqui, inclusive, que pode-se notar a possibilidade de descrever o Letramento Midiático como uma espécie de alfabetização, como proposta por Freire, atualizada para o século XXI:

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. [...] Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (FREIRE, 2013, p. 104)

A forma como a remoção da Vila Chocolatão foi comunicada nos variados veículos é um dos inúmeros outros casos que ilustram como fatos podem ser apresentados de formas diferentes. O exercício comparativo, mesmo que em caráter empírico, já evidencia contradições que podem alterar fundamentalmente a forma como o leitor assimile as informações sobre a remoção. A análise feita tendo como base o Letramento Midiático permitiu compreensão desses conteúdos a partir dos seus quatro aspectos conceituais (BUCKINGHAM, 2003). Como resultado pode-se fazer melhor sentido da tese central que orienta cada objeto não só pelo que estava escrito pelo que não estava escrito. Aqui, menos interessa fazer algum juízo de valor sobre a confiabilidade de cada fonte (admitindo que qualquer pessoa o faz ao interpretar qualquer coisa, ainda que não conscientemente) e mais apreender sobre essas mensagens e como elas se inserem em seus diferentes contextos.

O distanciamento histórico permitiu a observação do fenômeno sem a dicotomia da atualidade, onde opiniões são formadas por ideologias ou perspectivas, independentemente de qual seja o direcionamento, antes mesmo do exercício da

autoconsciência e análise dos fatos. Não seria exagero supor, inclusive, que um dos aspectos determinantes que levou a sociedade brasileira a uma polarização tão intensa, nos últimos 10 anos, foi o aumento de usuários dessa nova mídia sem um aumento proporcional do interesse político por uma proposta pedagógica consciente sobre a utilização desses novos aparatos.

Não é de hoje essa despreocupação institucional com o ensino de mídia-educação. Havendo nisso também o aparente desinteresse de próprios atores de fundamental importância pra estruturação do campo midiático no Brasil. Essas grandes corporações operadoras da mídia brasileira tem sua história marcada pelo maior interesse no desenvolvimento tecnológico, em relações políticas com poderosos e no retorno financeiro, do que a boa formação de cidadãos informados (GÖRGEN, 2009; BEVORT; BELLONI, 2009; BELLONI, 2012; BARBOSA, 2013; HAUBRICH, 2016).

Com a midiática digital, novas possibilidades de se consumir e, principalmente, também produzir conteúdos midiáticos passam a ser possíveis (MALDONADO, 2013). Contudo, sem o devido esforço político e pedagógico para o ensino da apropriação crítica dessas ferramentas, o que se gera é o cenário próximo ao que vivemos. Tempos em que pessoas diminuem a validade de um campo institucional fundamental para difusão de informações, ainda que permeado por disputas entre diferentes versões, mas que exige criticidade na leitura, voltando sua atenção para perigosas e notórias redes de desinformação, que por sua vez tem seus próprios interesses políticos e econômicos.

Ao longo da pesquisa muitos percursos foram alterados. O principal deles trata-se da sua metodologia, imaginada originalmente para ser feita a partir da entrevista com professores do ensino fundamental. Por conta do isolamento social em decorrência da pandemia do vírus COVID-19, as escolas (e diversos outros estabelecimentos) permaneceram fechados. O uso da internet nesse período assumiu proporções jamais alcançadas e a relação estabelecida entre professores, alunos e aparatos midiáticos se alterou e continuará sendo alterada de forma tão intensa e acelerada que julgou-se ser mais frutífero uma análise estabelecida a partir de maior distanciamento histórico.

A que talvez seja a principal contribuição da pesquisa está em amarrar fatos, estudos e outras referências que talvez sempre estiveram próximos, mas nunca

juntos. Não se pode negar nem fugir do fato que a internet e outras mídias influenciam e continuarão influenciando a forma como percebemos o mundo. Esse é provavelmente um dos poucos consensos entre nossa sociedade atualmente e isso por si só já deveria bastar pela advocacia pelo ensino de Letramento Midiático acessível a toda população. Contudo, isso se faz ainda mais urgente no Brasil, com um histórico de intensa concentração midiática pelo interesses de poucos frente aos da maioria da população. Há de se ter preocupação com a internet assim como ao longo de toda a história foi preciso se estar preocupado com o desenvolvimento da humanidade: tentando entendê-la com cautela, porém sem tentar demonizá-la. Isso envolve esforços advindos dos campos científicos não só da comunicação como também da pedagogia, ciência política, filosofia, sociologia e semiologia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Aves de. **A modernização da imprensa (1870-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ALVES, Elder P. M. A digitalização do simbólico e o capitalismo cultural-digital: a expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. V. 34, N. 1, p. 129-157, jan/abr. 2019
- ARENDDT, H. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 1999
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARTLETT, L.; MACEDO, M. do S. Aproximações entre a concepção de alfabetização de Paulo Freire e os Novos Estudos sobre Letramento. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Vitória - ES, vol. 1, n. 1, p. 227 - 236, jan./jun. 2015
- BELLICIERI, Fernanda. Reflexões Sobre a Mídia Digitalizada: A comunicação sob Novos Parâmetros. **Revista Mackenzie de Educação, Arte e História da Cultura**. São Paulo - SP, v. 5, n. 5/6, p. 102-114, 2006
- BELLONI, M. L. Mídia-Educação: contextos, histórias e interrogações In: FANTIN, M. & RIVOLTELLA, P. C. (Orgs.). **Cultura Digital e Escola: Pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012.
- BERGAMO, Alexandre. A reconfiguração do público. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor & ROXO, Marco (orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, 2009
- BORELLI, Silva Helena Simões. Telenovelas: padrão de produção e matrizes populares. In: BRITTOS, Valério Cruz & BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: abril de 2020
- BUCKINGHAM, D. **Media education: literacy, learning, and contemporary culture**. Cambridge, UK: Blackwell Publishing, 2003.
- _____. **Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez., 2010.

_____. Some truisms and a few provocation. In: **Manifesto for Media Education**. 2011. Disponível em: <<http://www.manifestoformediaeducation.co.uk/wp-content/uploads/Manifesto-David-Buckingham.pdf>>. Acesso em: mar de 2020.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 177-196

CABRAL, Eula D. T. Mídia no Brasil: Concetração das Comunicações e Telecomunicações. **Revista Eptic. Aracajú**, v. 17, n. 3, set-dez/2015, p. 16-28

CALABRE, Lia. **O rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940/1946)**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.

CARR, N. **The shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains** [E-book]. New York: W.W. Norton, 2011

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CERIGATTO, Mariana; CASARIN, Helen. Contribuições da *media literacy* para a avaliação crítica de fontes de informação midiáticas. In: SOARES, Ismar; VIANA, Claudemir; XAVIER, Jurema. (Orgs.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017

CERIGATTO, Mariana P. **Diálogos possíveis entre competências informacional e midiática: revisão da literatura e posicionamento de instituições da área**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018

COSTA, Amanda Danelli. **Impressões imagéticas: história, memória e a fotografia carioca de Augusto Malta**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 91. 2007.

CURY, Lucilene; ARAGÃO, Cristiane. Reflexões sobre o uso dos termos "alfabetização" - "letramento" e "literacia". In: SOARES, Ismar; VIANA, Claudemir; XAVIER, Jurema. (Orgs.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017

DE MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere - Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

FANTIN, M. Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** 47.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 15 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 55 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 69 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo: ideologia e propaganda política.** São Paulo: Loyola, 1982.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÖRGEN, James. **Sistema Central de Mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, 2009.

GRIZZLE, A. et al. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias.** Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder.** **Revista Debates.** Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul-dez. 2007.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas em Porto Alegre: Processos comunicativos, mídiatização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2016

HERZ, Daniel. **História secreta da Rede Globo.** Porto Alegre: Tchê, 1987.

HOUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

JAMBEIRO, Othon et al. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação.** Salvador: Edufba, 2004.

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMKE, J. L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas - SP, vol. 49, n. 2, o. 455 - 479, Jul./Dez. 2010

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica de mudança civilizadora em inícios do séc. XXI. In: BONIN, Jiani; MALDONADO, Alberto Efendy; e ROSÁRIO, Nísia Martins do (org.). **Perspectivas metodológicas em Comunicação**. Salamanca (Espanha): Comunicación Social, 2013.

MALDONADO, Alberto Efendy; REICHERT, Julie. Projetando a sociedade do futuro: uma reflexão sobre os impactos da globalização e das tecnicidades nos cidadãos. **Comunicação & Sociedade**. Ano 33, n. 56, p. 149-171, jul./dez. 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964

_____. **McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MEC - Ministério da Educação do Brasil. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em abril de 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002

MOREIRA, S.V. Análise documental como método e com técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a Ed. São Paulo: Atlas, 2011

NAPOLITANO, Marcos. A MPB na era da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor & ROXO, Marco (orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 85-105.

NEPOMUCENO, C. **Macrocrise da informação digital: muito além das explosões informacionais**. 2011. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: abril de 2020

PERUZZO, Cicilia M. K. Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. **XIX Encontro Anual da Compós**. Rio de Janeiro, 2010.

PICCOLI, L. Alfabetizações, Alfabetismos e Letramentos: trajetórias e conceitualizações. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, set./dez., 2010.

POTTER, W. J., Ph.D. The State of Media Literacy, **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, 54(4), 675-696, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2OzA8Kf>. Acesso em: mar de 2020

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, A. C. R. **Letramento Digital: uma abordagem através das competências na formação docente**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, p. 164. 2013

RIBEIRO, Ana Paula Goulart & SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 109-135.

RIBEIRO, L. A. M. **Curiouser Lab: uma experiência de letramento informacional e midiático na educação**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília - DF, p. 412. 2016

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo, Atlas. 2009.

RUCKER, J. Fingertip knowledge. **Converge Magazine**. 32-36, 2007 Disponível em: <https://bit.ly/2WioeqW>. Acesso em: mar de 2020

RUSHKOFF, D. **As dez questões essenciais da era digital: programe seu futuro para não ser programado por ele**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SACRAMENTO, Igor. **Depois da revolução, a televisão – Cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos de 1970**. São Carlos: Pedro & João, 2011.

SANTAELLA, L. Desafios da ubiquidade para a educação. **Revista Ensino Superior**, Campinas - SP, v. 9, p. 19-28, 2013

SANTOS, J. dos. **Produção de disciplina gamificada: uma proposta de letramento midiático com aproximações entre mídia-educação e aprendizagem baseada em jogos**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, p. 246. 2018

SILVA, K. DA; BEHAR, P. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: A construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Hucitec, 2009

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez/2002.

SOARES, Murilo C. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a Ed. São Paulo: Atlas, 2011

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Dênis de (Org.) **Sociedade Midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 19-31, 2006

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. New York: Cambridge University Press, 1984.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a Ed. São Paulo: Atlas, 2011

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>> Acesso em: abril de 2020

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 2000.

WILSON, C. et al. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

YAMAOKA, E. J. O uso da Internet. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a Ed. São Paulo: Atlas, 2011

ANEXO A – Reportagem do Diário Gaúcho, veiculada no dia 10/05/2011

Chocolatão chega ao fim

Moradores da vila, localizada na área central de Porto Alegre, serão transferidos para um loteamento na Avenida Protásio Alves



Santa Lúcia está entre os moradores que serão levados do Centro para a Protásio
Foto: Marcelo Oliveira

A partir de quinta-feira, uma vila encravada no Centro da Capital, consumida e reerguida inúmeras vezes depois de incêndios, e marcada pela violência, deixará de existir. Gente que sobrevive do material reciclável coletado entre prédios importantes da área central mudará de endereço.

Com o reassentamento de 180 das 200 famílias da Vila Chocolatão, o terreno voltará às mãos do Centro Administrativo Federal de Porto Alegre. Ontem, a Procuradoria-Geral do Município, Demhab, DMLU, União Federal e Ministério Público Federal firmaram o termo de compromisso para a transferência de cerca de 600 pessoas. A prefeitura se comprometeu a garantir novas moradias, atendimento de saúde, educação, trabalho e lazer.

A mudança para o Loteamento Residencial Nova Chocolatão, na Avenida Protásio Alves, representa um novo capítulo na vida da dona de casa Elenice Alves Carvalho, 36 anos. Ela faz parte do primeiro grupo que será removido na quinta-feira. A casa onde passará a morar com o marido, o guardador de carros Gilmar Arruda da Silva, 51 anos, e a filha Sara, seis anos, tem dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Os imóveis medem entre 30 e 49 metros quadrados.

– Estou bem ansiosa. Não vejo a hora de estar lá. Desde a semana passada já estou encaixotando tudo – diz a dona de casa, que vive na Chocolatão há três anos, na casa que comprou na vila por R\$ 1 mil.

A vizinha de Elenice, a desempregada Santa Lúcia Rodrigues Ribeiro, 59 anos, vive hoje com dois filhos e o namorado numa moradia de duas peças e sem banheiro.

– Temos que ir no coletivo (banheiro) ou no Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho). O saneamento é um aspecto que vai melhorar muito.

"Estou bem ansiosa"

Teresinha Margarete do Rosário, 35 anos, a Kika, é tesoureira da Associação de Recicladores e Catadores da Chocolatão e participou recentemente de um documentário gravado pela rede de tevê alemã Deutsche Welle sobre o trabalho dos recicladores. As atividades no galpão devem parar nos próximos dias para que o pessoal possa organizar tudo para a mudança. A rotina de trabalho será retomada quando todos tiverem sido reassentados.

– A expectativa da gente é que lá dê mais (renda) que aqui. A casa da gente antes tinha só cacareco porque tinha o medo dos incêndios. Agora, o sonho é com a casa mobiliada, comida na mesa e trabalho nas mãos – revela Kika.

O presidente da Associação de Moradores da Vila Chocolatão, Soli Olmar da Silva, 42 anos, resume:

– É uma nova fase na vida de todos. Qualquer lembrança boa ou ruim ficará de lição para o resto da vida.

"Vai melhorar muito"

A expectativa do Demhab é remover dez famílias por turno. As 20 famílias restantes serão transferidas para o Jardim Paraíso, do Programa Minha Casa, Minha Vida. O empreendimento ainda está em obras. Enquanto isso, as famílias contam com o aluguel social.

Há moradores da Chocolatão que discordam da remoção e entraram na Justiça. O departamento está discutindo os casos diretamente com essas famílias.

Saiba mais

- Os primeiros moradores da Chocolatão chegaram na área que fica na Avenida Loureiro da Silva há cerca de 20 anos.

- A vila ganhou este nome devido à proximidade com o edifício-sede do Ministério da Fazenda no Estado, conhecido como Chocolatão, por ser da cor marrom e lembrar um chocolate.

- No dia 25 de agosto de 2009, a vila começou a deixar os gatos de lado e passou a ter energia elétrica regularizada pela Ceee.

- Baseado em reportagens anteriores, o Diário Gaúcho contabilizou mais de 200 casas queimadas em incêndios na vila desde 2003. Os moradores contam, pelo menos, seis grandes incêndios. No dia 8 de março deste ano, mais sete casas foram atingidas pelo fogo.

- No dia 30 de novembro de 2009, o então presidente da Associação de Moradores da Vila Chocolatão, Léo Antônio Genovêncio Maciel, 57 anos, foi executado com três tiros no rosto dentro do galpão de reciclagem. Em maio de 2010, dois filhos de Léo foram assassinados em Canoas. As execuções teriam ocorrido como forma de retaliação, a mando de um traficante que comandava a venda de drogas na vila.

- A primeira promessa de remoção foi feita em julho de 2006, pelo Demhab.

O que diz o Demhab

- As 600 pessoas que vão morar na Nova Chocolatão serão atendidas na Unidade de Saúde Tijuca. O posto fica a três quadras do loteamento. Os usuários já estão cadastrados.

- Crianças e jovens em idade escolar deverão estudar nas escolas Victor Issler e Ana Iris. Os alunos desta instituição, que fica mais longe do loteamento, receberão um

cartão Tri para custeio das passagens de ônibus. Segundo o diretor-geral do Demhab, Humberto Goulart, as vagas estão garantidas.

- A creche com capacidade para 120 crianças da comunidade, ainda não está pronta. A previsão de entrega é do final de junho até o início de julho. Até lá, os pequenos serão abrigados provisoriamente em duas casas.

- A Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) Chocolatão terá capacidade de 60 postos de trabalho por turno. A UTC receberá carga da coleta seletiva de Porto Alegre três vezes por semana. Ao restante da população serão oferecidos cursos de qualificação.

ANEXO B – Reportagem da Gaúcha ZH, veiculada no dia 12/05/2011

Criada na Vila Chocolateão, Andressa comemora mudança: "Espero muitas coisas boas"

Menina de 13 anos divide a felicidade com os pais e três irmãos

Depois de passar os últimos dias ajudando a mãe a recolher os poucos pertences da família, Andressa, de 13 anos, acordou cedo nesta quinta-feira. Ela pulou da cama, às 6h, já na expectativa de que hoje seria um dia incomum. Criada na Vila Chocolateão, em Porto Alegre, a menina sonha com o momento de pisar na casa nova, na Zona Leste.

- Eu espero muitas coisas boas lá - projeta Andressa.

Acompanhada do pai, da mãe e de três irmãos, ela é um dos mais de 700 moradores que começaram hoje a ser transferidos para o Loteamento Nova Chocolateão, nome escolhido pela comunidade, localizado na Avenida Protásio Alves, número 9.099, no bairro Morro Santana.

O pai de Andressa, João Bento de Moraes, 37 anos, compartilha da felicidade da filha:

- Vamos sair de um lugar onde não temos muito espaço para uma casa decente, um ambiente diferente - comemora ele, ao lado da mulher, Sonia Adriana dos Santos, 38 anos.

Fim da Chocolateão

O início da remoção de uma das vilas mais conhecidas de Porto Alegre coloca à prova um modelo ambicioso de transferência de comunidades insalubres. A mudança dos cerca de 700 moradores da Vila Chocolateão é a etapa mais visível de um processo que incluiu oficinas de preparação, cursos profissionais e até orientações sobre higiene para extinguir não só o aglomerado de casebres, mas também o modo de vida que eles abrigavam em uma área consumida oito vezes por incêndios desde 2003, que causaram pelo menos duas mortes.

Criada há pouco mais de 25 anos, quando os primeiros moradores começaram a instalar casas em uma área da União localizada junto à Avenida Loureiro da Silva, a Chocolateão tornou-se conhecida como um amontoado de barracos em meio a lixo catado no Centro, lama e ratos.



Andressa, de blusa preta, sentada, aguarda com a família a transferência para a Zona Leste
Ronaldo Bernardi / Agência RBS

**ANEXO C – Reportagem do Nosso Mundo Sustentável, veiculada no dia
12/05/2011**

Residencial recebe galpão de reciclagem em Porto Alegre

Parceria da Usiminas com a prefeitura oferecerá fonte de renda para 120 famílias do Residencial Nova Chocolate



Residencial Nova Chocolate recebe galpão de reciclagem na sexta-feira - Divulgação / Divulgação

Um galpão que será utilizado como centro de reciclagem de lixo para uso da comunidade do Residencial Nova Chocolate, em Porto Alegre será inaugurado na sexta-feira. A construção, toda feita de aço galvanizado, terá os equipamentos necessários para que os moradores possam trabalhar nos processos de reciclagem de lixo.

Com 630 m² de área e 75 m² de mezanino, o local terá capacidade para 160 trabalhadores em dois ou três turnos. A obra contempla banheiros, cozinha e equipamentos para auxiliar na execução das tarefas, como prensas, elevador de carga, balança, lixeiras plásticas e bancadas de trabalho. Tudo será fornecido pela Soluções Usiminas. O galpão oferece praticidade e rapidez na montagem, além de reduzir o desperdício de materiais.

Além de construir uma completa Unidade de Triagem do Lixo, foi oferecido um terreno de 33 mil metros quadrados por meio de permuta para o projeto de reassentamento dos moradores da Vila Chocolate. No local, além da unidade de triagem, a prefeitura entregará aos moradores 102 sobrados, 78 casas, uma residência adaptada para pessoa com deficiência, creche, quatro pontos de comércio e uma praça de 1 mil metros quadrados.

A transferência para um novo bairro representa perspectivas mais otimistas para os moradores. Com o galpão, eles receberão o lixo coletado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e ficarão responsáveis apenas pela triagem.

ANEXO D – Postagem do blog Vila Chocolate, veiculado no dia 08/05/2011

Vila Chocolate às vésperas da remoção

A Vila Chocolate está sendo removida entre os dias 9 e 15 de maio do centro de Porto Alegre para a periferia.

A relocação é parte das ações adotadas pela prefeitura para "limpar" a cidade em função da Copa do Mundo em 2014.

Entenda mais sobre o processo a partir do documento que segue. Uma denúncia formal feita pelo Grupo de Assessoria Justiça Popular (GAJUP), Associação dos Geógrafos Brasileiros, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária - SAJU e Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Segue, também, o vídeo realizado pelo GAJUP- SAJU e AGB com o apoio da Catarse, contextualizando a situação.

Aos integrantes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Aos integrantes da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Ao Ministério das Cidades.

A Caixa Econômica Federal.

Aos Defensores dos Direitos Humanos.

Aos Cidadãos do Rio Grande do Sul.

“Lei que a vida promulga essa gente não revoga...”

Objetivo - Preocupação quanto à remoção de aproximadamente 700 pessoas.

Assunto - Vila do Chocolate sem inclusão: realocação e despejo no início de maio (urgente).

A primeira quinzena do mês de maio de 2011 será de tristeza para muitas famílias da Vila do Chocolate. Nesse período, a comunidade será despejada do local onde se encontra, ao lado do Parque Harmonia, em Porto Alegre.

É notório o fato de que há quase uma década tramita na Justiça Federal processo de reintegração de posse em face desta comunidade. Todavia, também é notório que a liminar que dava direito à União de reintegrar-se na posse foi suspensa, para que os direitos fundamentais e dignidade daqueles/as moradores/as fossem respeitados.

Apesar de os moradores contarem apenas com promessas de efetivação, conclusão e respeito a seus direitos fundamentais, eles estão prestes a ser realocados. Isso nos leva a indagar quais os interesses prevalentes na atual situação. Será que está prevalecendo a dignidade da pessoa humana ou simplesmente o término de uma gestão - Prefeitura/Tribunal- que quer efetuar a realocação ainda em seu mandato?

História

“Não tenho a terra própria porque a história que eu escrevi me deserdou no testamento

Há mais de 20 anos algumas famílias instalaram-se naquela região, ironicamente às costas dos prédios da Justiça, na Avenida Loureiro da Silva, em Porto Alegre, constituindo, dizem, a primeira ocupação urbana do Brasil formada essencialmente por moradores de rua. Grande parte dos moradores especializou-se em retirar seu sustento da catação de materiais recicláveis na região central da cidade, contribuindo para a limpeza do local e gerando benefícios para toda a sociedade. Suados, empurrando carrinhos, despertam interesse e compaixão.

Entristece perceber que essa comunidade, há mais de 20 anos situada no entorno dos prédios da Justiça, tornou-se visível apenas quando houve o interesse na utilização da área. Nunca o poder público moveu-se no sentido de urbanizar aquela área, onde mais de 220 famílias moravam, disponibilizando eletricidade formal, esgoto e água encanada. Entretanto, agora, lá, planeja-se construir um estacionamento para o TRF4 e um novo prédio para o MPF, entre outros benefícios para a Justiça. Saem caixas, papelões e ratos, entram os mármore irretocáveis do poder estatal.

Ainda que relevante o trabalho desempenhado pela Governança na construção de um projeto de realocação respeitador dos Direitos Humanos Fundamentais, carece de maior profundidade em alguns pontos que, por sua relevância, não podem ser ignorados. De fato, há problemas que precisam ser solvidos antes que seja dado prosseguimento à realocação, sob pena de a população que ali reside ficar à mercê de ilusões e promessas de papel.

O Projeto de Realocação

“Eu preferia morrer se me chegasse a faltar a vontade de cantar e o direito de querer.

A Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), em parceria com o GAJUP (SAJU-UFRGS), realizou um estudo junto à comunidade, que culminou com a elaboração de um Laudo Técnico Socioeconômico (disponível em <http://migre.me/4pkwt>). Esse documento apontou o perigo de retrocesso social da comunidade, pois revelou que o Projeto apresentado pelo DEMHAB contém uma série de falhas extremamente graves, que, se não forem sanadas, acarretarão mais um fracasso de remoção de famílias e a violação dos direitos fundamentais mais básicos dos cidadãos da comunidade. Dentre esses problemas, destacam-se:

- Insuficiência de participação dos moradores na construção do Projeto de Realocação, o que afronta o novo Regime Urbanístico, previsto no Estatuto da Cidade;
- Insuficiência de moradias na área de realocação, já que, conforme dados de 2009, existem 225 famílias moradoras na comunidade, enquanto o projeto de remoção prevê a construção de apenas 180 casas. Tem-se, assim, que cerca de 45 famílias não serão contempladas. A solução apontada pela Prefeitura em relação a essas pessoas é a de encaminhá-las para o Programa Minha Casa Minha Vida;
- Insuficiência dos equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social existentes na área de reassentamento, visto que a região de realocação conta com

inúmeras ocupações irregulares e possui alta densidade demográfica (mais de 4 mil habitantes por Km²);

- Ausência de conscientização e capacitação da comunidade para fins de adaptação às novas condições de trabalho e moradia. Existência apenas de um tradicional trabalho técnico social, que foi iniciado com atraso e resultou em um comprovado fracasso;
- Construção de um galpão de reciclagem, que não comportará todos os trabalhadores da Chocolatão que atualmente trabalham como catadores e recicladores. Com efeito, o referido galpão possui tamanho reduzido e poucos equipamentos, e funcionará no tipo de organização associativista/cooperativada, forma de trabalho para a qual os moradores da comunidade não foram preparados;

Graves irregularidades - “Vamos mudar a miséria de endereço”?

“Era meu tudo que havia na terra que já foi séria

Nesse mês acabaremos com o último reduto dos pobres no centro da cidade, em mais um exemplo de processo de limpeza que não se alinha à democracia:

1) Por anos se defendeu que os moradores não poderiam ser realocados sem que seus direitos fossem respeitados. Agora, contenta-se apenas com meras promessas. Promessas essas que a Prefeitura nega-se a colocar no papel, por certo sabedora de que não irá cumpri-las. Importante ressaltar que, recentemente, a Prefeitura negou-se a assinar Termo de Compromisso proposto pelo Ministério Público Federal.

2) Tamanho das casas inadequado frente à realidade e às características de cada morador. O projeto não foi planejado em conjunto com os moradores do Chocolatão, sob o ponto de vista humano.

Tem-se que as novas moradias, como apresentadas, longe estão de atender às reais necessidades dos moradores. O Poder Público insiste em perpetuar padronizações, ao invés de trabalhar com a realidade. Por esse motivo, um único morador receberá uma residência idêntica à de uma família composta por oito pessoas, que precisará viver em apenas dois cômodos. Isso revela um evidente mau gerenciamento do dinheiro público. Por outro lado, indica que não é à toa que Loteamentos como Santa Terezinha encontram-se totalmente descaracterizados, pugnando por nova intervenção do Poder Público.

3) Veja-se, ainda, que o carro chefe do referido Projeto de Realocação da Vila Chocolatão seria a geração de renda, conforme se depreende da análise do Projeto de Trabalho Técnico Social-PTTS e de outros documentos apresentados pela Prefeitura. Tem-se, todavia, que mesmo a proposta de geração de renda é bastante insuficiente, frente ao que se propunha. Ainda que seja sabido que o trabalho técnico social não se exaure quando da realocação, o certo é que apenas 27,37% desse

trabalho foi concluído, conforme dados divulgados pelo próprio Município. Assim, apesar de os moradores removidos terem garantido um teto para morar, a mesma certeza não existe em relação ao acesso ao trabalho. De fato, a maioria dos moradores não sabe como colocará o pão de cada dia sobre a mesa, a fim de prover a própria subsistência e a de sua família. Importante lembrar que a única solução até o momento apresentada como “modelo” seria a construção de um Galpão de reciclagem pequeno, com número de equipamentos insuficientes, em vista da realidade da própria comunidade: duas prensas, um elevador, uma balança e dois carrinhos, sem área de resfriamento suficiente, dificultando a renda de mais 50 pessoas em uma realidade de aproximadamente 650 pessoas. A afirmação de um morador não vem em vão quando dita para todos ouvirem: “vamos mudar a miséria de endereço”, completando, ao final, que “isso é um estelionato, um estelionato político”.

4) E, mesmo que assinado tal compromisso junto ao MPF, caberia ainda indagar o seguinte: já que se aguardou tanto tempo, por que não aguardar mais alguns meses até que tais providências sejam concluídas? Se não há dinheiro, por exemplo, por que não aguardar o término das casas do Projeto Minha Casa Minha Vida, com previsão de conclusão para junho de 2011, ao invés de colocar algumas famílias sob aluguel social, o que apenas contribui para onerar os cofres públicos?

Projeto habitacional sem projeto social = retrocesso social

...Onde exploram a miséria
E comem a geografia.”
Jaime Caetano Braun

- Durante o processo de convencimento da comunidade, inúmeras promessas não foram cumpridas pelos representantes máximos da municipalidade, bem como pela Diretoria-Geral do DEMHAB, conforme se pôde observar no “evento da presidência”, ocorrido na Câmara dos Vereadores em 06 de outubro de 2010. Nessa ocasião, o Diretor discursou para a comunidade sobre a construção de uma sede de associação modelo, de uma creche modelo e sobre a garantia de trabalho digno. Os moradores da Chocolatão, no aguardo, se questionam: “projeto modelo ou projeto pesadelo?”
- Vale lembrar que alguns moradores da comunidade ingressaram com Ação Judicial, para contestar o método de remoção e para manifestar a vontade de permanecer no local, devido à violação de seus direitos e à supressão dos direitos fundamentais já alcançados no centro da cidade. Como resposta, o governo efetuou o pedido de força policial para desocupação;
- As mulheres chefes de família que vivem na comunidade já sabem dos inúmeros problemas que seus filhos irão enfrentar: muitas não colocaram seus filhos em qualquer atividade de lazer, em vista de outras ocupações lindeiras e irregulares; outras temem por sua segurança e vida, e muitas já aventam a possibilidade de carência e até mesmo de não permanência em instituições de ensino.
- Constata-se, ainda, a insuficiência de creches e de Educação Infantil, já que a comunidade possui elevado índice de natalidade, e tem o acesso a essas instituições como uma necessidade básica. A própria Prefeitura declarou que a creche ficará

pronta somente em agosto, apresentando, como solução, acolher aproximadamente uma centena de crianças da Chocolatão em um espaço provisório de apenas 40m²;

- A verdade é que, em relação a todas as séries de ensino, as soluções foram apresentadas às pressas e de forma insatisfatória. Com efeito, os colégios localizados na região do assentamento já se encontram lotados, e precisarão ser readaptados para comportar os alunos provenientes da comunidade do Chocolatão. Por readaptação, entende-se a supressão de salas de música, artes, etc., o que indubitavelmente compromete a qualidade do ensino.

Outra solução apontada pela Prefeitura foi a de disponibilizar transporte até o centro, para que as crianças e jovens da comunidade sigam estudando nessa área. No entanto, a “solução” ocasiona óbvia defasagem, tendo em vista a distância entre a escola e o assentamento e o fato de o método ter sido proposto de última hora, quando já iniciado o ano letivo.

Um breve requerimento

Desde logo solicitamos que as pessoas, organizados em suas respectivas instituições, grupos, comissões ou individualmente, sob pena de imenso retrocesso social e criação de novas injustiças: 1) garantam a proibição da remoção com uso da força policial, em vista das irregularidades aqui citadas; 2) elaborem pedido de esclarecimento à Prefeitura ANTES da remoção datada para a primeira semana de maio, para que as razões da pressa na realocação e remoção sejam esclarecidas e 3) solicitem que a Prefeitura esclareça, de forma satisfatória, o método de efetivação dos Direitos Humanos das pessoas a serem removidas, seja para a Protásio Alves, seja para o Programa Minha Casa Minha Vida.

ANEXO E – Postagem do blog Vila do Chocolate, veiculada no dia 11/05/2011**Vila Chocolate: Do centro à periferia**

Amanhã, dia 12, a partir das 8h, com chuva ou sem chuva, se inicia a remoção de uma comunidade central da cidade, para zonas periféricas: A Vila Chocolate.

A remoção se inicia nessa quinta-feira, e seguirá nos dias subsequentes.

Para evitar qualquer tipo de violência por parte do Estado, estaremos juntos na comunidade para o que for necessário. Em reunião com o DEMHAB, ficou acordado com o Diretor Goulart, que as pessoas que não desejassem sair nos primeiros dias, poderiam deixar seus lares nos últimos, negociando com o órgão saídas individuais. No mandado Judicial ficou determinada a remoção imediata das famílias, com ofício a Brigada e Polícia Federal, sendo esse o maior temor da violência institucional do Estado.

Reforçamos o convite para todas/os estarem na comunidade. Quem tiver filmadora, que filme o final de mais uma comunidade pobre no centro da cidade.

Contamos com vocês.

ANEXO F – Postagem do blog Vila do Chocolate, veiculada no dia 13/05/2011

Irregularidades seguem acontecendo na Vila Chocolate

Dia 12 de maio, às 07:30 hs, começou a remoção da Comunidade da Vila Chocolate, que ocupa a área central de Porto Alegre há mais de 20 anos, para um residencial situado na Av. Protásio Alves, nº 9.099. O despacho determinando a remoção das 240 famílias que atualmente ocupam a área foi assinado pela Juíza Federal, Clarides Rahmeier, na última sexta-feira dia 06.

Desde cedo se avistava a opressão institucional pelo número de policiais da Brigada e Federais presentes no ato de remoção, sendo que os últimos portavam armas de altíssimo calibre (metralhadora e espingarda).

Durante todo o período da manhã o sentimento de ansiedade por parte da prefeitura e dos moradores era visível.

O processo de desocupação das casas teve início com a transferência dos pertences pessoais de cada morador para um caminhão que os conduziria até a Protásio. Esvaziadas as casas pelos funcionários da prefeitura e contratados, imediatamente ocorria a destruição completa da moradia por uma máquina retroescavadeira.

Enquanto o despejo avançava sobre as moradias, a população demonstrava o seu descontentamento com as ações da Prefeitura. Podia-se avistar, inclusive, frente ao muro da sua casa, os moradores Ezequiel, sua esposa Maiara e a sua filhinha Hilary, de apenas 5 meses, sendo coagidos pela Prefeitura, para que aceitassem que a sua remoção ocorresse sem a devida garantia dos seus direitos, impondo a saída da família de imediato da comunidade.

Alguns moradores que não eram contemplados por qualquer das opções sugeridas pela Prefeitura, como moradia assegurada no novo residencial, inclusão no Programa “Minha Casa, Minha Vida”, ou mesmo pelo benefício de aluguel social, eram explicitamente constrangidos e intimidados pela Prefeitura, por meio dos seus agentes, a aceitarem as condições impostas. Foi estabelecida, no meio da rua, diante de muitos expectadores, verdadeira “mesa de negociação”.

Esse processo de negociação que, por parte dos assessores do GAJUP/SAJU-UFRGS, NAJUP/RS, CARU, AGB e ONG Acesso, tinha o único objetivo de garantir o direito básico fundamental à moradia digna, culminou com a ocupação da casa de Ezequiel, no intuito de compelir a Prefeitura a comprometer-se com nada menos que a sua obrigação de assegurar destino a essas famílias. Vale dizer também, que consta na petição da Advocacia Geral da União, datada de 13 de abril de 2011 e assinada pelo Coordenador Geral Jurídico, Luiz Antonio Alcoba de Freitas, que qualquer pessoa segue tendo direito a moradia se está a mais de um ano e um dia na área.

Participaram dessa negociação o Ministério Público Federal, funcionários ligados à Governança, ao DEMHAB, CONTERRA. Também marcaram presença durante a manhã o Ministério Público Estadual e a ONU, na pessoa da Elizabeth Ryan.

A remoção da Vila Chocolate foi acompanhada de perto, por inúmeras pessoas, e por inúmeros ângulos, desde o ponto de vista unilateral da mídia até a própria percepção dos moradores que demonstravam insegurança e ansiedade sob o manto da opressão estatal pessoalizada nos agentes que violentamente impõe uma mudança radical e súbita de realidade sem prestar qualquer suporte ou oferecer qualquer tipo de formação.

Isso tudo apenas demonstra que esse despecho é fruto de um projeto de realocação que não visa à inclusão de fato, e que foi construído de forma vertical, arbitrária e autoritária por entidades que tinham o dever de tutelar os interesses verdadeiramente sociais. Ao contrário, porém, cumpre ressaltar que o processo que tramitou perante o judiciário federal tinha como único objetivo a mera desocupação da área para fins, no mínimo secundários, de utilização direta do próprio órgão aonde tramita o processo (Justiça Federal e TRF da 4ª região). Não impressiona, portanto que a decisão da Juíza Clarides Rahmeier, que determinou o despejo de mais de 240 famílias sequer mencione os direitos fundamentais previstos no ordenamento brasileiro ou em tratados internacionais.

Devido a imediata destruição das casas, outras famílias que ainda permanecem na comunidade da Chocolatão se mantêm sem água encanada na sua moradia. A remoção prossegue até o dia 24 de maio.

Vídeo da remoção da Vila Chocolatão - GT de Comunicação dos Comitês Populares da Copa

<https://www.youtube.com/watch?v=IPF7UnOa3oo>